

A QUESTÃO MILITAR E A LUTA DE MASSAS

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA
(FAU)

Nossas Referências



③ COPYLEFT

É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Edição, revisão e preparação:
ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA (OSL)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
MAYCON MACIEL

Organização Socialista Libertária (OSL)
www.socialismolibertario.net

SUMÁRIO

Nossas Referências	5
--------------------	---

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA

COPEI: A Luta Armada e a Tarefa Revolucionária	7
Primeira Parte	9
Segunda Parte	80

Nossas Referências

Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da **Organização Socialista Libertária (OSL)**. Com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas, essa coleção serve para orientar a discussão teórica da militância da **OSL**, e também de outras pessoas que tenham interesse nos temas abordados. Trata-se de um material de referência para a organização, cuja concordância com suas linhas gerais não implica necessariamente acordo absoluto. Esse material certamente não esgota todas as demandas teóricas organizacionais, mas constitui um bom ponto de partida para subsidiar os aprofundamentos necessários.

Boa leitura!



“Copei” foi traduzido a partir da publicação da Ediciones Recortes e cotejado com uma tradução anterior ao português, nas versões publicadas pela FAG e pela UNIPA. Tradução e revisão de Felipe Corrêa. Divisões adicionais do texto e subtítulos elaborados pela UNIPA e pelo tradutor.

Federação Anarquista Uruguaia

**COPEI:
A LUTA ARMADA E A
TAREFA REVOLUCIONÁRIA**

FAU

COPEI: A LUTA ARMADA E A TAREFA REVOLUCIONÁRIA



PRIMEIRA PARTE

I. Introdução

Nos últimos meses, aconteceram coisas importantes. São fatos que estabelecem novos marcos e que trazem à tona variações significativas nesse novo contexto. Algo que justifica a rediscussão de questões táticas e exige um alinhamento maior. *Sem dúvida, o fato mais importante foi a ofensiva repressiva e seus efeitos, que já são bastante visíveis.* Antes de qualquer outra consideração, parece prioritário realizar um balanço sintético dos efeitos da campanha repressiva sobre o Movimento de Libertação Nacional (MLN).

De maneira esquemática, os resultados obtidos pela repressão podem ser descritos da seguinte maneira:

1. O MLN teve perdas muito importantes em termos de efetivos;
2. Sua infraestrutura (aparelhos, esconderijos, serviços etc.) foi gravemente desmantelada;
3. Grande parte de seu armamento e de suas instalações caiu nas mãos da repressão;
4. Grande parte dos quadros mais capacitados para estruturar o funcionamento do MLN foi assassinada ou detida.

Isso é o que se sabe com a informação disponível, e é nisso que a propaganda reacionária vem insistindo.

A partir desses elementos podem-se deduzir dois resultados políticos:

1. Revelou-se, inequivocamente, o potencial daquilo que foi desenvolvido pelo MLN, evidenciando um exemplo do que pode ser feito nessa área;
2. Demonstrou-se como um aparato armado realmente importante pode ser desarticulado, desmantelado e reduzido, em termos relativos e no curto prazo, a um nível muito mais baixo de operatividade, se os critérios que orientam sua ação não forem adequados.

A propaganda reacionária pretende estabelecer conclusões políticas tomando como base esses resultados obtidos pela repressão. Dizem seus porta-vozes: “A luta armada não é viável no Uruguai e a violência, assim como o crime, não compensa”. Dizem os reformistas: “A luta armada não só não conduz ao poder, como é contra-

produtente; ela compromete o trabalho de massas e os militantes que a realizam”.

A seletividade da repressão — que ocasionalmente sacode e golpeia o reformismo, mas que no fim o “perdoa” — tende a:

1. Poupar e premiar aqueles que atuam politicamente de acordo com as pautas previstas pelo sistema;
2. Deixar uma saída, uma maneira legalizada e controlável de escapar, para as tensões sociais.

Quando se golpeia seletivamente os revolucionários, se beneficia politicamente o reformismo. A repressão parece indicar que é esse o caminho que a luta de classes deve tomar.

As classes dominantes querem obrigar que todos joguem o seu jogo. Um jogo inventado e previsto por elas; um jogo em que elas não têm como perder. Trata-se de um jogo bem conhecido: partidos legais, propaganda controlada, eleições periódicas e assim por diante. Nesse jogo, as classes dominantes têm uma carta que “ganha” de todas as outras: a repressão; politicamente falando: a ditadura. *O objetivo político da repressão é convencer a todos de que as coisas são assim, inevitavelmente assim, de que esse jogo é natural e que as coisas continuarão sempre assim.*

A repressão quer que todos os revolucionários se perguntem: “Se fizeram isso tão rápido com uma organização como o MLN, o que não farão com outros?”. Ela quer fazer com que reformistas e hesitantes de todos os tipos confirmem pretensamente sua tese contrarrevolucionária, de que a “violência não compensa” e que todos aqueles que a praticam são “aventureiros”. A repressão quer indicar aos

vacilantes o caminho do “bem e da lei”; a busca, dentro do sistema capitalista, de fazer com que ele seja menos pior... Com isso, ela preserva o sistema como tal. *Tudo isso e muito mais é a “lição” que a repressão quer ensinar.*

Muitos hesitam. Em termos de opinião pública, é quase inevitável que ocorra um grande refluxo desesperançoso diante do suposto fracasso da via armada, a partir da qual muitos esperavam um desenlace revolucionário mais ou menos próximo. Muitos têm medo, e o medo os paralisa; muitos se afastarão pela experiência negativa. Isso sempre acontece quando a revolução sofre uma derrota.

Aquilo que parece ser o desmantelamento do aparato do MLN é — digamos com toda clareza e pensando bem nas palavras — uma grave derrota para a revolução uruguaia. É a perda de uma batalha importante. Mas não é, não pode ser e nem será o fim da guerra. Não é e não pode ser, obviamente, o fim da luta de classes, pois ela existe e existirá, em formas e níveis distintos em cada momento, em cada etapa, até que o sistema seja derrubado. Isso porque a luta de classes nasce do próprio sistema capitalista, de sua própria essência exploradora e opressiva. Trata-se de um produto de sua organização e de seu funcionamento. Enquanto esse sistema existir, inevitavelmente haverá luta de classes.

A derrota de hoje tampouco é o fim da luta armada, que existe e existirá como um nível da luta de classes, enquanto o processo econômico-social e político de nosso país continuar assim. Porque esse nível de luta surge como uma necessidade colocada pelas características do processo de deterioração econômico-social e político, do qual as classes dominantes não encontraram e nem encontrarão saída. É essa deterioração sem saída que coloca a necessidade de um nível de luta armada; enquanto essa

deterioração perdurar, haverá condições para a atividade armada. Sempre certas organizações assumirão essa tarefa, para a qual as condições estão dadas.

Enfim, a luta armada não terminará porque há organizações com condições de dar continuidade a ela; e ela continuará. O que não pode continuar é a concepção errônea de luta armada que predominou até hoje. O que está em crise, esperamos que definitivamente, é a concepção foquista. Ainda que devamos enfatizar que a derrota que a revolução uruguaia sofre hoje, sob orientação do foquismo, é – para nós, revolucionários – também a nossa derrota.

O caminho da revolução não é um campo florido; ele é difícil, tortuoso e cheio de dificuldades. Por meio dele é possível avançar e aprender, inclusive caindo. Quantas vezes? Em quanto tempo? Em relação a isso, não há bola de cristal e nem magos capazes de prever o futuro. O caminho se faz ao caminhar, e sabemos que ele é longo. E também que o único elemento decisivo é a vontade de seguir adiante. Não para queimarmos como monges em altares de fé cega, mas porque as condições de desenvolvimento do processo social tornam a ação armada imprescindível e possível. Só abandonaremos a ação armada se uma mudança muito relevante nesse processo nos indicar que ela é contraproducente para os fins revolucionários. E nada indica que essa mudança aconteceu. Ao contrário. O processo de deterioração é mais claro e grave do que nunca. De modo que nada indica que tenhamos que mudar a estratégia; e, nesta estratégia, a luta armada ocupa um lugar fundamental.

Até hoje, a atividade armada se orientou predominantemente pela concepção foquista. Discordamos dessa concepção desde o início; vimos e apontamos suas debilidades; fizemos o possível para que elas fossem

superadas; orientamos nossa prática por outra linha. Contra todas as aparências e apesar de nossas próprias insuficiências, de nossos próprios erros, o tempo e os fatos vêm nos dando razão. E não nos alegramos com essa comprovação. Diante de tantos companheiros do MLN assassinados, torturados barbaramente e presos; diante dessa maravilhosa construção, erigida ao longo dos anos pelo esforço de tantos que se lançaram à revolução, que hoje parece estar sendo derrubada; diante de tudo isso, não temos qualquer satisfação por aquilo que previmos há anos estar se comprovando, mesmo que de maneira pontual. *Esses mortos são nossos mortos, esses torturados são nossos torturados. Tão nossos quanto os companheiros de nossa organização, que hoje, agora mesmo, estão suportando as mais bárbaras torturas, que estão colocando suas vidas em risco para defender os princípios, a vida e a linha de nossa organização.*

Portanto, longe de nós acreditar que nossas posições são suficientes em si. E, muito mais longe, obviamente, adotar a atitude canalha dos reformistas, oportunistas e covardes, que agora cospem abertamente o ódio contrarrevolucionário que esconderam com hipocrisia quando as coisas estavam melhores. O caminho é longo, tortuoso e está cheio de dificuldades. É quase impossível não tropeçar e, mesmo, não cair. Sobretudo em condições tão complexas e tão particulares quanto as do Uruguai. Mas temos que aprender com os tropeços e as quedas. Sim, a marcha é longa e difícil. *E, por isso mesmo, seria imperdoável tropeçar duas vezes na mesma pedra.* Para que isso não aconteça, para aprender, é necessário analisar com a maior objetividade possível aquilo que vem acontecendo nestes duros meses e, a partir das

conclusões dessa análise, aprimorar a técnica e prever de maneira mais pormenorizada os seus termos.

II. A experiência cubana e o foquismo

Como ocorre em toda vitória revolucionária, o triunfo da Revolução Cubana teve, na América Latina, um efeito estimulador, e contribuiu para o avanço do processo de luta em todo o continente. *Esse triunfo demonstrou a viabilidade da luta armada, evidenciou a existência de condições para que ela fosse iniciada*; demonstrou, inclusive, que em certas condições concretas e específicas, era possível obter a vitória em um tempo relativamente curto. Tal foi a experiência cubana. Não queremos nos estender aqui sobre as vastas e variadas repercussões que a Revolução Cubana teve. Com Cuba, os revolucionários aprenderam muitas coisas; mas a contrarrevolução também aprendeu.

Hoje, quando nos referimos à luta armada, isso remete sempre a uma concepção supostamente baseada na experiência de Cuba. Essa concepção é conhecida como “teoria do foco” ou “foquismo”, e foi sistematizada por Régis Debray, em especial na sua obra *Revolução na Revolução?* Tal obra buscou realizar uma conceituação da experiência cubana e estabelecer, por meio de alguns critérios estratégico-táticos bastante precisos, os ensinamentos que, de acordo com seus defensores, poderiam ser extraídos da guerra de guerrilhas em Cuba. Esses critérios estratégicos foram apresentados como generalizáveis e aplicáveis à maioria dos países latino-americanos. Sua influência foi muito grande, motivando, sobretudo pela formulação de Debray, polêmicas muito intensas.

Em nosso país também houve polêmicas a esse respeito e essa concepção exerceu forte influência; *basicamente, foi ela que guiou a prática do MLN*. Entretanto, devemos deixar claro que a linha do MLN não foi uma aplicação, digamos, ortodoxa, clássica, dos critérios foquistas. Desde seu início, e ao longo de seus anos de atuação, esse movimento incorporou novos elementos, corrigiu ou adaptou os conceitos foquistas. Por isso, a perspectiva estratégico-tática do MLN não foi uma importação mecânica da linha original do foquismo. Essas adaptações evidenciam aquilo que é original, próprio, específico da experiência de guerrilha urbana (as Unidades Táticas de Combate, UTC) que o MLN tem protagonizado no Uruguai. *Contudo, apesar desse grande e valiosíssimo esforço criativo para adequar o foquismo às condições locais, ele não alterou os pressupostos básicos foquistas, que terminaram subsidiando a prática do MLN*.

Ainda assim, não há dúvida que essa prática do MLN constitui uma versão original e específica do foquismo. Dada a grande importância que esse movimento tem no processo das lutas em nosso país, parece útil, antes de analisar sua atuação, realizar um balanço avaliativo dos critérios que constituem a concepção foquista de luta armada, a partir do modo que eles foram formulados por seus teóricos, em especial Debray.

Nossa organização discordou do foquismo desde seu surgimento. Entendemos que os fracassos que o MLN experimenta hoje, e com ele a revolução uruguaia, se explicam pelo fato de as debilidades do foquismo não terem sido devidamente superadas pelo movimento; se explicam pelo fato de os esforços do MLN terem sido direcionados para adaptar o foquismo e não para romper com ele. Isso nos leva a expor, de maneira resumida, as características

que entendemos ser as mais destacadas na concepção foquista. Elas estão especificadas a seguir.

1. *A necessidade de iniciar a luta armada o mais rápido possível, sempre que houver certas condições econômico-sociais que a tornem viável.*

Partia-se do princípio que essas condições estavam dadas na quase totalidade dos países latino-americanos, como consequência de seu subdesenvolvimento e de seu atraso. Ainda que Debray dissesse que o Uruguai e o Chile eram exceções, e que em ambos os países essas condições não existiam.

2. *As condições políticas e mesmo ideológicas – chamadas de “condições subjetivas” – se desenvolveriam como consequências da atividade do foco armado.*

Por isso, se considerava que a existência ou não de partidos políticos revolucionários era algo secundário, que não merecia prioridade. As simpatias motivadas pela atividade militar do foco deveriam ser abarcadas em organizações, cuja função seria, quase exclusivamente, contribuir com o esforço e a vitória militar. Mais que partidos, propriamente falando, eram organizações de apoio e sustentação dos esforços militares, com tarefas de cobertura, apoio logístico e propagandístico, recrutamento etc., que estavam concentradas no desenvolvimento do potencial operativo do foco armado e em seu crescimento.

O desenvolvimento da luta seria medido em termos de crescimento da capacidade operativa; o êxito, em termos de êxito militar; a vitória significaria a vitória militar na guerra. A expectativa e a confiança nessa vitória, que surgiria da ação armada, constituíam, ao mesmo tempo, um êxito e um requisito essencial no plano ideológico.

3. *A guerra seria concebida como guerra de guerrilhas, centrada no meio rural e com o amparo de condições geográficas adequadas (montanhas, selvas etc.), que tornassem possível o ocultamento dos guerrilheiros, e viável a tática de “atacar e desaparecer”, movendo-se permanentemente, como é característico na guerrilha rural.*

Em sua formulação clássica, original, o foquismo negava a viabilidade da guerrilha urbana. Dizia-se que, por estar sempre na presença do inimigo e poder ser constantemente alcançável por ele, o guerrilheiro urbano estava condenado a um rápido aniquilamento. A atividade armada e urbana só cumpriria uma função complementar à guerrilha rural, que seria aquela que de fato protagonizaria o enfrentamento, e que, por meio de muitas vitórias pequenas e parciais, conquistaria a vitória final, reduzindo o exército inimigo à impotência.

4. *A atividade militar do foco inauguraria um processo em que cada uma de suas ações ou operações motivaria respostas generalizadas da repressão.*

Na medida em que a guerrilha fosse operando com maior intensidade, em níveis mais avançados, a repres-

são se endureceria e se generalizaria. Na medida em que a repressão, dura e geral, afetasse setores cada vez mais amplos da população, maiores seriam as simpatias atraídas pelo foco e, portanto, maiores seriam suas possibilidades de desenvolvimento.

Nessa dialética ascendente de ação-repressão seriam produzidas condições político-sociais cada vez mais favoráveis à ação militar, até que isso culminasse em uma situação ideal. Em tal situação, importantes setores da população, apoiando a guerrilha, sua vanguarda armada, conseguiriam derrubar o governo despótico, sustentado apenas por uma minoria privilegiada, e seu aparato repressivo, agora derrotado em seus esforços de suprimir militarmente a guerrilha.

Essa dinâmica — que é, sem dúvida, o aspecto central do foquismo — seria motivada pelos êxitos da luta armada, assim como a perspectiva de vitória, capaz de atrair as massas num contexto de crescente opressão política. A atividade da guerrilha e a resposta repressiva que inevitavelmente seria dada a ela fechariam todas as portas às massas e bloqueariam todos os caminhos que não fossem a via da luta armada; isso traria, necessariamente, o povo para o lado da revolução.

Assim se procederia — por um caminho curto, simples e direto — à “politização das massas”, ao seu agrupamento atrás da vanguarda armada guerrilheira. Tal perspectiva subestimava a importância do trabalho de massas (sindical, propagandístico, político e público), que não era indicado diretamente para favorecer o esforço bélico. Promover um trabalho de massas significava investir forças em aspectos considerados secundários ou mesmo negativos, na medida em que isso poderia gerar expectativas e perspectivas concorrentes com via

da luta armada. Além disso, essa perspectiva partia do princípio que toda organização, toda atividade pública, seria rapidamente varrida pela repressão, assim que a dinâmica de ação-repressão se iniciasse com a ação do foco guerrilheiro.

O tempo que se passou, junto com a intensa, rica e tantas vezes dolorosa experiência levada a cabo nestes anos pelos movimentos revolucionários latino-americanos, foram deixando claros os funestos erros do foquismo. Eles estão especificados a seguir.

1. *O simplismo de sua concepção sobre as condições necessárias para iniciar e, sobretudo, para levar adiante a luta armada.*

Esse tema vasto e de importância definitiva merece, obviamente, uma consideração à parte, que ultrapassa os limites desta breve discussão.

O tema envolve a análise das relações entre as condições do nível econômico da luta de classes, de um lado, e as condições dos níveis político e ideológico (condições subjetivas da luta de classes), de outro, além da reflexão sobre o papel da atividade armada em relação a esses níveis. Ele também envolve a distinção em relação às correntes reformistas e, necessariamente, a elucidação das perspectivas teóricas e a crítica das raízes sociais e ideológicas da própria concepção foquista. Retornaremos a esse tema adiante.

2. *O desenvolvimento das condições políticas e, principalmente, das condições ideológicas não deriva da atividade*

guerrilheira, como previsto pelo foquismo, de maneira bastante mecanicista.

A atividade do foco armado não se mostrou um substituto adequado, nem mesmo possível ou viável, da atividade do partido. Tal insuficiência foi saltando aos olhos conforme a luta se prolongava. As respostas políticas, tanto das classes dominantes quanto das classes dominadas, não se ajustam às previsões demasiadamente esquemáticas e retilíneas do foquismo.

É evidente que uma perspectiva muito simplista da estrutura e do funcionamento dos níveis político e ideológico teve influência na essa concepção; parece claro que a importância desses níveis foi subestimada. Por outro lado, claramente se superestimou a possibilidade de forçar, por meio das armas, uma transformação das condições políticas, da mentalidade e das crenças das pessoas. A demora no avanço das chamadas condições subjetivas foi um elemento influente, contribuindo muitas vezes com o isolamento do foco rural e, assim, criando condições para seu aniquilamento.

3. *A rejeição da possibilidade de uma guerrilha urbana e a defesa da exclusividade da guerrilha rural.*

Essa é uma questão que deve ser julgada com base nos fatos, porque houve e continua a haver uma ampla prática de luta armada urbana. Inclusive, é notório que é esta última que vem adquirindo maior desenvolvimento na América Latina, e mesmo no mundo.

4. *A dinâmica cumulativa e ascendente de ação-repressão – que conduziria a uma atração favorável de forças, generalizando e isolando a repressão, desenvolvendo e enraizando o foco – normalmente não acontece de acordo com o previsto.*

A repressão aprendeu a manter sua seletividade e as classes dominantes têm condições e conhecimento para adotar contramedidas capazes de impedir e reverter essa dinâmica. Em sua estratégia, a atividade contrarrevolucionária do reformismo e a manipulação dos velhos mitos ideológicos do liberalismo burguês (eleições, legalidade etc.) tiveram uma importância que não foi prevista pelo foquismo.

III. A estratégia militar revolucionária e o reformismo

Os fracassos experimentados nos anos posteriores ao triunfo da Revolução Cubana podem ser atribuídos à influência do foquismo. O que fracassou não foi a luta armada, mas, certamente, as expectativas imediatistas da concepção foquista. *No entanto, mesmo com esses fracassos, é inegável que a ampla prática da luta armada contribuiu de modo decisivo para modificar as pautas e características da ação política na América Latina.*

A prática armada modificou radicalmente a maneira de perceber e de encarar os problemas da revolução; fez com que esses problemas fossem recolocados em termos concretos e precisos. Ela colocou na mesa, com realidade e urgência, os temas relacionados às formas concretas de alcançar a destruição do poder burguês por meio da violência. *Desde então, tornou-se incontornável discutir*

o método que deve ser empregado para desenvolver a via armada da revolução; ou seja, a questão da estratégia militar revolucionária. Houve, assim, uma revalorização do emprego da violência revolucionária em todos os níveis.

Há várias décadas que se falava muito de revolução nesses países, mas pouco de concreto se fazia por ela. Em geral, nada era dito sobre as formas concretas que o processo revolucionário assumiria. E o vazio deixado por esse problema sem previsão de solução era preenchido pelo mito da chamada “insurreição proletária”, concebida em termos de um levante popular generalizado, com as pessoas saindo em massa às ruas, barricadas etc. Esse é um mito herdado do século passado, que foi reforçado por alguns elementos reais, e que a Comuna de Paris de 1871, o Outubro soviético e o 18 de Julho catalão contribuíam para manter vivo na imaginação popular.

Isso não significa que insurreições desse tipo não possam ocorrer; elas não são impossíveis em toda e qualquer condição. O Cordobazo de maio de 69 e as jornadas similares em Rosário, Tucumán e outras cidades demonstram — de modo mais do que suficiente, e com exemplos bastante próximos — que a era das insurreições populares com presença massiva nas ruas está muito longe de terminar. O problema é quando a insurreição se converte em mito; um mito cômodo, manipulado por oportunistas, isolado da prática política concreta, regular e cotidiana.

É isso que o reformismo há anos fazia e continua a fazer. É isso que a socialdemocracia dos velhos partidos socialistas fez, terminando por renunciar expressamente a violência, a insurreição e a revolução. É isso que os neossocialistas dos partidos comunistas faziam e continuam a fazer; falam de revolução enquanto fazem todo o possível para ela não acontecer.

O reformismo coloca a insurreição no céu dos ideais inalcançáveis. Defende-a no discurso, mas impede que ela seja preparada nos fatos. O reformismo possui uma incoerência entre sua prática política contrarrevolucionária e suas palavras vazias acerca de um desenlace insurrecional final. Sempre que se tenta avançar o processo da luta política, o reformismo justifica sua posição com a eterna afirmação de que “faltam condições” para utilizar meios não incluídos em seu limitadíssimo receituário. Tal receituário se limita basicamente a duas coisas:

1. No nível econômico da luta de classes, ação reivindicativa salarial, levada a cabo com o maior respeito pela “legalidade” burguesa e, portanto, por meios pacíficos;
2. No nível político, parlamentarismo, eleitoralismo, como forma de capitalizar politicamente os resultados da luta econômica.

Ao restringir sua prática em todos os níveis aos marcos cada vez mais restritos da legalidade burguesa, o reformismo cria as condições para sua crescente integração ao sistema; coloca obstáculos e impede o desenvolvimento das condições para a destruição do sistema.

É óbvio que, se o propósito e o projeto revolucionário não estiverem presentes, guiando a prática cotidiana da luta em todos os níveis, nunca haverá condições para um desenlace revolucionário. O sistema capitalista não será destruído seguindo as regras do jogo que ele mesmo estabelece para garantir sua continuidade. É essa continuidade que contribui para a preservação daqueles que fazem apenas o que a legalidade estabelecida pela burguesia permite e recomenda que se faça. É por isso que

da linha reformista só pode surgir um reformismo cada vez maior, um retrocesso progressivo frente ao célebre desenlace insurrecional, postergado para um “momento oportuno” indefinível. É por isso que o reformismo não pode e nem quer formular uma linha estratégica-militar.

Ao converter em mito a ideia da “insurreição proletária”, os reformistas também convertem essa ideia num pretexto legitimador para sua prática contrarrevolucionária, que é tão útil ao sistema. Essa posição está longe de representar uma alternativa de oposição ao sistema, que está apontada para destruí-lo. Ela se traduz em práticas diárias, fatos concretos e cotidianos, que pretendem “aperfeiçoá-lo” e corrigi-lo em suas manifestações mais extremas e visíveis de injustiça.

É importante insistir nisso, porque o mito de uma etérea insurreição futura — que surge de maneira súbita e milagrosa, sem que ninguém a prepare, como consequência paradoxal de uma prática ultralegalista — é a contrapartida de outro mito arraigado: o da *invencibilidade da repressão*. Dizem os partidos comunistas: “A revolução será possível quando houver condições”. Em concordância com eles, todos os reformistas agregam: “Chegará, então, o dia da revolução”. Mas afirmam também: “Os que antes desse dia violarem as leis, de armas à mão, serão fatalmente vencidos”. Por isso, condenam permanentemente aqueles que chamam de “putschistas”, “aventureiros” e “proveitadores”. Isto é, os militantes que não se conformam à moribunda via eleitoral e que não esperam esse hipotético dia, em que a revolução cairá milagrosamente de um céu idealista; céu que, com o discurso barato dos capituladores, aprisiona a própria revolução.

Durante muito tempo, essa concepção absurda, dissimulada por uma fraseologia pseudocientífica, foi predominante na esquerda. Diante de cada fracasso, de cada derrota da revolução, ela era retomada como um dogma inviolável. Diante de cada triunfo da revolução, ela era reforçada, com falsas demonstrações sustentando que o avanço da revolução se devia à aplicação das doutrinas... — reformistas, obviamente. Mas, apesar de seus inesgotáveis recursos “polêmicos”, os reformistas não podem e nem poderão destruir os fatos. *E é no campo dos fatos que se vem demonstrando a viabilidade da luta armada, que já foi incorporada definitivamente à estratégia política das organizações revolucionárias.*

Agora, o problema é saber as características precisas que essa estratégia deve assumir em cada formação social, nacional ou regional. Não estamos diante de uma polêmica sobre a adoção da guerrilha urbana ou rural, como formas exclusivas ou excludentes. Não é esse o aspecto central e mais proveitoso da análise que pode ser feita da experiência de luta armada passada e presente. Mas a análise do foquismo que, em sua formulação ortodoxa e mais difundida, apontou a guerrilha rural como forma prioritária e exclusiva de luta, mas que logo se adaptou à guerrilha urbana.

É a concepção foquista, em todas as suas versões, que está em crise, e não a luta armada, que continua tendo seu valor. *Luta armada que, da maneira que a concebemos, constitui um aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino que atua, ao mesmo tempo e em harmonia, com uma estratégia global no nível de massas. Essa é a concepção correta da luta, aquela que continua a ser reafirmada pela experiência acumulada.*

IV. Prática política, violência e luta armada

Nestes últimos anos, o desenvolvimento da luta modificou totalmente os termos em que ela tradicionalmente se apresentava na América Latina. Foi a superação definitiva de uma longa etapa, na qual a luta era concebida em duas perspectivas:

1. No nível econômico da luta de classes, trabalho de massas, sindical, de conteúdo reivindicativo, fundamentalmente salarial, realizado por métodos tradicionais (paralisações, greves, atos etc.) e praticado dentro dos marcos da legalidade burguesa;
2. No nível político da luta de classes, atividade de partidos legais, com métodos tradicionais (espaços públicos, atos, propaganda, publicações, difusão ideológica etc.), direcionada para a obtenção de resultados eleitorais.

A via para se chegar ao poder — com este sendo identificado falsamente com o governo — era o voto. E a obtenção de representações parlamentares cada vez mais numerosas significava um avanço rumo a esse fim. Dizia-se que *a violência, tanto no nível econômico quanto político da luta de classes, era negativa porque colocava ou justificava obstáculos à via eleitoral*. Sendo esta a única via possível para se chegar ao “poder”, e sendo esse o problema fundamental da prática política, tudo deveria contribuir para que tal via permanecesse aberta. Em outras palavras, *tendo em vista que a obtenção do poder era o que havia de mais decisivo em termos políticos, que a maneira de se chegar ao poder era pela vida eleitoral, e que as eleições eram algo “legal”, então*

era necessário se manter dentro da lei para poder votar e, desse modo, chegar ao poder.

Isso tem sido o cerne das posições políticas reformistas, eleitoralistas. Com base nessas posições, todas as formas de violência deveriam ser recusadas porque colocariam em xeque as eleições e, com isso, a possibilidade de se chegar ao poder. Tal “argumentação” vem sendo complementada com a identificação entre o legalismo e a possibilidade de se realizar qualquer trabalho de massas. Argumentam os reformistas que, mesmo em nível sindical, só é possível manter “contato com as massas” atuando “legalmente”.

Para eles, a violência só justificaria a repressão, e a repressão fatalmente isolaria os revolucionários. No nível da luta econômica, a violência prejudicaria o trabalho de massas e poderia até oferecer pretextos para a reação colocar obstáculos à única via — necessariamente eleitoral e, portanto, necessariamente legal — de se chegar ao poder. Por esses motivos, a violência seria uma forma de “infantilismo”, de “espontaneísmo”. Aqui os reformistas se valem dos erros do anarcossindicalismo que, ao efetivamente subordinar o nível político ao nível econômico da luta de classes, e ao não propor uma solução clara para a destruição do poder burguês, se mostrou vulnerável às críticas fáceis dos reformistas.

Há anos, sustentamos essa posição e, por via das dúvidas, fazemos questão de repeti-la. O objetivo da violência na luta econômica não é somente e nem principalmente a obtenção das reivindicações econômicas em si mesmas. Para nós, essa violência tem por função contribuir — entenda-se bem, contribuir — para elevá-las ao nível político. Contribuir — juntamente com outros meios, como a propaganda, a luta ideológica, a luta pública, legal

ou não — para elevar a luta econômica o máximo possível ao nível de luta política. Contribuir para elevar a consciência sindical, de interesse econômico, que anima a luta econômica. *Contribuir para elevar a consciência política, de interesse político, que é necessária para destruir o poder político burguês (o Estado burguês), objetivo último de toda prática política revolucionária.*

Trata-se da destruição do Estado capitalista, da destruição do poder burguês, que é necessariamente violento; uma destruição que não pode ser realizada com a conquista eleitoral de cargos nas câmaras ou mesmo na presidência, supondo que isso seja possível. Esses cargos são apenas alguns dos elementos — e nem são os mais importantes —, por meio dos quais o poder burguês opera. É impossível, nunca aconteceu e ninguém sensato acredita que o Estado capitalista se extinguirá por si mesmo, dando passagem ao socialismo, e nem que a burguesia doará pacificamente suas propriedades ao povo ou renunciará pacificamente à sua dominação e ao seu poder. Por levar isso em conta, sustentamos que o Estado capitalista e a burguesia *devem ser destruídos pela força.*

Somente os burgueses descarados, mentindo sem qualquer pudor, falam que o capitalismo vem se transformando em sua própria essência. Que ele é, agora, um “capitalismo do povo”, como afirmado pelos ideólogos ianques e repetido aqui por Rafael Caldera. Somente os reformistas aproveitadores ou ingênuos acreditam que vão transformar o capitalismo pouco a pouco, com “sábias” leis parlamentares. Ou que é possível haver um capitalismo “bom”, dirigido por uma “burguesia nacional”, ficção que alguns inventam sempre as coisas se complicam...

Essa afirmação da necessidade da violência revolucionária, da revolução e da superação teórico-prática do reformismo pequeno-burguês (nacionalista, democrata cristão ou “populista”, como é chamado) ou operário (socialdemocrata, trotskista, comunista ou “marxista”, como é chamado) tem sido a contribuição fundamental que as organizações armadas da América Latina vêm trazendo ao processo ascendente das lutas de nossos povos.

Uma organização é realmente revolucionária se ela coloca e resolve efetivamente a questão do poder; e tal questão só pode ser resolvida com uma linha militar, de prática da violência, adequada. As organizações armadas de nosso continente têm feito contribuições nesse sentido. Só haverá socialismo se houver revolução, ou seja, a destruição violenta do Estado burguês; só haverá destruição violenta do Estado, do poder burguês, se houver uma prática político-militar adequada. Em outras palavras, *nenhuma organização é realmente revolucionária sem que coloque e resolva a questão que envolve o aspecto violento, militar, de sua prática política.*

Ficou claro que não há política revolucionária sem teoria revolucionária; não há política revolucionária sem linha militar revolucionária. As contribuições para que isso fique mais claro são inestimáveis e fazem a luta de classes avançar em todos os níveis.

Mas a realidade é dialética. Quando se fazem certas comprovações, delas surgem novas questões. Quando se chega a um ponto superior, mais elevado de compreensão, de prática e de experiência — e a compreensão sempre envolve prática e experiência, a não ser para os charlatões de bar —, novas questões, também em um ponto mais alto e preciso, exigem nossa atenção e precisam ser resolvidas.

Nosso país não é, como afirmado por alguns, uma exceção no processo de avanço da revolução latino-americana. Por aqui também temos vivido, na prática, essa experiência revolucionária; contamos com uma vasta e fecunda prática político-militar. Analisar essa prática, aprofundar seu conteúdo, compreender realmente as causas e o sentido de seus avanços e retrocessos são tarefas decisivas de hoje, das quais não podemos nos furtar.

V. Objetivos, início e término da guerrilha

Desde o início, a prática da guerrilha urbana, levada a cabo pelos UTC do MLN em nosso país, introduziu variações no esquema ortodoxo do foquismo. A mais óbvia delas diz respeito ao caráter urbano da guerrilha, que, em certo momento, foi considerada inviável por muitos.

Basicamente, a guerrilha reapresenta duas questões políticas:

1. *Aquela das características do vínculo entre a guerrilha e as massas, nos casos de guerrilha urbana, assim como a política a ser desenvolvida sobre este vínculo.* Em outros termos, trata-se da questão sobre as modalidades concretas a partir das quais a guerrilha, atuando em meio urbano, capitaliza politicamente a simpatia popular que pode ser motivada pela ação guerrilheira;
2. *Aquela de como se processa, por meio da prática guerrilheira urbana, a destruição militar do aparato repressivo, requisito prévio para a destruição do poder burguês.*

A simples exposição dessas questões nos leva a duas perguntas, cujas respostas dependem das soluções que são dadas a essas próprias questões. As duas perguntas são as seguintes:

1. Para que se faz a guerrilha, quais são os seus objetivos e qual é o seu programa?
 2. Quando se inicia e quando termina a luta guerrilheira?
-
1. Para que se faz a guerrilha, quais são os seus objetivos e qual é o seu programa?

Houve guerrilhas cujo objetivo era apenas a conquista da independência nacional. Compreendida em termos de classe, essa independência significa a substituição da dominação política direta da burguesia imperialista da metrópole, exercida por um aparato de Estado burguês da metrópole, pela dominação da burguesia local, exercida por um aparato de Estado burguês local, “nacional”. Sabemos que, na etapa atual do capitalismo imperialista, as burguesias nacionais são dependentes e os Estados por ela criados são apenas parcialmente soberanos.

Não queremos minimizar a importância desses processos de luta por independência política e nem negar as possibilidades de ação revolucionária que podem ser desenvolvidas em certas conjunturas. Queremos simplesmente discutir, numa perspectiva classista, a essência de um assunto em torno do qual há cada vez mais barulho e confusão.

Guerras por independência foram aquelas protagonizadas, por exemplo: pelo IRA, na Irlanda, sob direção do nacionalista burguês De Valera; pelo Irgun Tzvai Leumi,

em Israel, sob direção do judeu fascista Menachem Begin; pela EOKA, em Chipre, sob direção do coronel fascista greco-cipriota Grivas. Todas elas foram guerras de guerrilha por independência nacional, guerras anticoloniais contra a dominação inglesa; não foram guerras de libertação em sentido socialista e antiburguês.

É claro que os imperialistas ingleses não queriam ir embora. Nesses três casos, a guerrilha, quase exclusivamente urbana, promoveu guerras relativamente curtas. Não entraremos em grandes detalhes neste momento; informações jornalísticas e resumidas, ainda que suficientes, podem ser encontradas em livros como *A Guerra da Pulga*, de Taber.

Império decadente como França, a Inglaterra resistiu até certo ponto. Quando o balanço econômico, e sobretudo político, se mostrou nitidamente negativo, ela foi embora. *Porque os exércitos coloniais podem ir embora. Os exércitos “nacionais”, das burguesias nacionais dependentes, distintamente, quando as revoluções são sociais, anticapitalistas, resistem até o fim.* É por isso que eles devem ser vencidos militarmente, destruídos. Isso põe na mesa, de cara, uma diferença essencial em termos de dimensão da tarefa militar, com a qual se veem confrontadas as revoluções burguesas por independência política e as revoluções das classes dominadas por libertação nacional.

Nas três revoluções anticoloniais citadas, as respectivas guerrilhas urbanas tinham como tarefa fundamental produzir condições políticas que possibilitassem o compromisso entre as classes dominantes de seus próprios países e as classes dominantes dos países imperialistas. No Uruguai, *que já conta com uma independência formal, a função da guerrilha urbana é contribuir para derrotar o*

poder das classes dominantes locais, aliadas do imperialismo. Sua tarefa político-militar é, portanto, muito mais complexa e essencialmente distinta. Por esse motivo não é possível recorrer à experiência das guerrilhas urbanas anticoloniais e convertê-las em modelo, uma tentação à qual aqueles que pensam ou escrevem sobre o tema nem sempre resistem.

Os objetivos da revolução condicionam toda a política revolucionária, inclusive seus aspectos militares. Isso exige que, antes de qualquer outra consideração, sejam definidos os objetivos, ou seja, o caráter geral do processo revolucionário no qual se inscreve a prática político-militar.

Nas guerras por independência, a causa é “nacional”. Trata-se de uma causa das classes dominantes locais que, em termos de militância concreta, normalmente é assumida pelas pequenas burguesias locais, imbuídas da ideologia das classes dominantes. Essa afirmação faz sentido, na medida em que é impossível conceber uma ideia de nação, de pátria, separada de um conteúdo de classe.

Quando nação é um conceito manipulado pela burguesia, nada mais é do que nação burguesa, dominada pelos burgueses. Numa perspectiva classista, o único conceito aceitável de nação é aquele que envolve o desaparecimento do capitalismo, isto é, o socialismo. Porque o “interesse nacional” da burguesia nada tem em comum com o interesse nacional das classes trabalhadoras. Nas revoluções anticoloniais é geralmente a ideologia nacionalista burguesa que predomina e que aglutina o conjunto da população atrás das classes dominantes locais. A realidade da luta de classes termina se ofuscando diante da ideologia “patriótica”. De modo que é sempre mais fácil mobilizar indistintamente todo o povo para apoiar

a guerrilha, pois em geral ela não demora para conseguir um apoio “nacional” para uma guerra “nacional”; burguesa, claro.

Se a guerra não é anticolonial, mas social — e é disso que se trata no Uruguai —, haverá tantos “patriotismos” quanto classes sociais em condições de produzir orientações ideológicas. Haverá um “nacionalismo” burguês representando ideologicamente a dependência real do império. E haverá um nacionalismo operário e popular projetando, em termos nacionais, a teoria socialista e as orientações ideológicas nela fundamentadas.

Aqui, a guerrilha urbana nunca terá o apoio de “toda a nação”, por mais que ela se proclame nacionalista. Ela só terá o apoio daquelas classes interessadas no socialismo. E isso é assim porque nossa revolução será social, e não anticolonial; porque ela enfrentará uma burguesia que, na realidade, ainda que seja dependente em termos econômicos, políticos e ideológicos, já conquistou a independência política formal, já estruturou seu Estado como um Estado “soberano”. É importante saber que no Uruguai não é possível levar a cabo uma luta nacional, anti-imperialista, à margem da luta de classes. Em outras palavras, o que é central e prioritário é a revolução contra a burguesia nacional dependente, e é somente por meio dela que se desenvolverá a verdadeira luta pela causa nacional do povo.

Portanto, toda política militar revolucionária será uma política militar de classe, que deve coincidir em todas suas etapas com os interesses da classe operária e das demais classes trabalhadoras. Por esse motivo, é inútil tentar conquistar a adesão de setores burgueses a uma política revolucionária, mesmo que ela se apresente em roupagens “nacionais”. As tarefas da revolução uruguaia

apontam para o socialismo, e o aspecto nacional dessas tarefas está inevitavelmente subordinado a esse conteúdo essencialmente socialista.

Houve guerrilhas cujo objetivo era apenas promover mudanças em nível político (por exemplo, derrubar uma ditadura militar) e realizar certas reformas econômico-sociais (por exemplo, a reforma agrária). Esse foi o caso em Cuba, durante sua etapa propriamente guerrilheira da Sierra Maestra. Ali, a guerrilha não se iniciou com objetivos socialistas, ainda que, desde o princípio, militantes socialistas como Che atuassem em suas fileiras.

A ideologia de Fidel — como foi exposta no discurso “A história me absolverá”, logo após o ataque ao Quartel Moncada — é aquela de um pequeno-burguês, liberal e reformista. Nada mais que isso. O programa econômico do 26 de Julho, sob influência do economista Felipe Pazos, era desenvolvimentista; ele reivindicava um desenvolvimento capitalista nacional que incluía, como é comum nesses casos e conforme aconselhava a CEPAL, medidas relacionadas à reforma agrária e a reformas sociais diversas. O objetivo político era derrotar a ditadura militar de Batista para restabelecer a democracia parlamentar, a democracia liberal burguesa. O objetivo econômico-social era promover a reforma agrária proprietária, a luta contra os monopólios estrangeiros, o desenvolvimento capitalista “nacional”, a “justiça social”... — capitalista.

Isso nada mais era que uma homenagem à utopia pequeno-burguesa de um capitalismo independente, sem as “injustiças” e os “abusos” dos monopólios estrangeiros; de um capitalismo pré-monopolista e “humano” com os trabalhadores... Com esse programa, enfrentando uma ditadura corrupta e promovendo pela primeira vez

na América Latina a estratégia do foco guerrilheiro rural, em pouco tempo a guerrilha reuniu atrás de si todo o povo, incluindo a colônia cubana; convenceu-o, então, a enviar fundos para o movimento do “Doutor Castro” que, sem maiores problemas, pousava para fotos nas capas da revista *Life*.

O que esperava o imperialismo? A princípio, ele apoiou Batista; mas quando viu seu desgaste, abandonou-o. Os *marines* não desembarcaram em Cuba, como aconteceria alguns anos depois em São Domingos. Os imperialistas acabaram aceitando que “Doutor Castro” — o qual julgavam ser um guerrilheiro liberal jovem e inexperiente — abraçasse a ditadura militar. Pensavam que não iria demorar para que as viagens políticas de burgueses daquela pequena ilha vizinha colocassem democraticamente as coisas nos eixos... — em favor do imperialismo e de sua burguesia dependente.

No início, essas previsões dos ianques pareciam acertadas. Doutor Urrutia, um advogado burguês, recebeu a presidência das mãos do já vitorioso Fidel. Miró Cardona tornou-se primeiro ministro e figuras respeitáveis formaram seu gabinete. Foi apenas um tempo depois da queda de Batista que a Revolução Cubana se radicalizou e deu uma guinada em seus objetivos; passou então a defender objetivos socialistas. Não descreveremos esse processo, pois isso nos afastaria de nosso tema. Mas basta recordar que Urrutia teve que renunciar, Miró Cardona fugiu para Miami e vários dos ministros de primeira hora passaram à contrarrevolução...

O imperialismo e a burguesia esperavam uma mera substituição de governantes, mas o que se produziu foi uma transformação de sistema social. Nunca mais eles se exporiam a esse tipo de surpresa na América Latina.

Dali em diante, toda revolução contaria com a intervenção estrangeira, respaldada por burguesias locais. Ou seja, quando a dominação burguesa no Uruguai estiver ameaçada, haverá intervenção. Agora, é possível dizer que o mais provável é a intervenção da burguesia do Brasil. Trata-se de outro elemento importante para se levar em conta.

Recapitulando. Se submetermos as experiências históricas de guerrilhas urbanas vitoriosas ou a experiência triunfante de guerrilha foquista latino-americana à pergunta inicial — Para que se faz a guerrilha e quais são os seus objetivos? —, devemos responder: Ela tem sido feita para a independência política de colônias ou para restaurar a democracia liberal-burguesa.

2. Quando se inicia e quando termina a luta guerrilheira?

Também já temos condição de responder a essa segunda pergunta. A guerrilha anticolonial começa quando o amadurecimento de uma burguesia local dependente, que opera com o amparo de uma conjuntura internacional favorável, produz um movimento nacional. Ela termina com a conquista da independência política formal. A guerrilha antiditatorial, democrática, começa quando a ditadura, perdendo sua base social, se torna “insuportável” para a maioria das pessoas, incluindo setores importantes da burguesia. Ela termina com a restauração da democracia burguesa.

No Uruguai, quando a guerrilha começou a operar: Havia uma situação colonial? Não. Havia uma situação de ditadura? Não. Mas se a guerrilha não era anticolonial nem democrática, que sentido, que caráter, que obje-

tivos tinha a luta armada que se iniciava? Responder a essas perguntas exige discutir os erros e os acertos do MLN na resolução das duas questões políticas citadas anteriormente:

1. A vinculação guerrilha-massas;
2. A destruição militar do aparato repressivo.

VI. Ação armada e ação de massas

Quando o foco começou a operar no Uruguai, não havia uma situação colonial. Certamente, o Uruguai é um país capitalista dependente; mas talvez, neste momento, ele seja um dos países em que a ação do imperialismo seja exercida por meio dos mecanismos menos visíveis às massas. O imperialismo existe, mas ele é bem menos percebido que em outros lugares. Mas, em resumo, naquele momento não se tratava de uma guerra anticolonial.

Também não havia uma ditadura. Certamente havia, e continua a haver, a ditadura burguesa de classe, comum a todos os países capitalistas, mas que por aqui é bem encoberta pela forma do Estado democrático-burguês. Em termos ideológicos, o liberalismo democrático está muito enraizado na consciência do povo, inclusive da classe operária. Os partidos tradicionais e o reformismo pequeno-burguês e operário — este último, encarnado sobretudo pelo Partido Comunista — sempre contribuem para o fortalecimento da ideologia burguesa entre as classes dominadas. Cada vez mais, o reformismo operário, que segue se autodenominando “marxista-leninista”, está se integrando a essa ideologia.

Mas se a guerra iniciada pela guerrilha foquista não é anticolonial e nem “democrática”, que caráter ela tem? Em termos gerais, que caráter tem a ação armada no Uruguai, ao menos em sua etapa inicial e por um longo período? Essa guerra teve, tem e terá, durante muito tempo, um caráter decisivamente social, um caráter de classe. Logo, e independente do que possa ser dito, ela tem uma marca claramente socialista, e assim será percebida pelas classes dominantes, as quais, desde Cuba, têm visto toda ação popular armada como um perigo.

A luta armada se iniciou, e assim continuará, de acordo com o interesse das classes dominadas e contra o interesse das classes dominantes. Ela representa os interesses da classe operária, da pequena burguesia trabalhadora, do proletariado rural e, ao menos durante uma etapa, da pequena burguesia tradicional urbana (proprietária de meios de produção), da pequena burguesia pobre do campo e da média burguesia do campo (pequenos e médios proprietários, arrendatários etc.). As classes trabalhadoras são aquelas que mais se beneficiam de um regime socialista, em relação ao qual, obviamente, não têm contradições objetivas. Os setores pequeno-burgueses, ao menos em termos imediatos, não têm contradições antagônicas com o processo revolucionário.

São as classes dominantes que possuem essas contradições: os grandes latifundiários, a fração comercial da burguesia importadora e exportadora vinculada ao imperialismo, a burguesia industrial associada ou vinculada ao imperialismo, os monopólios imperialistas, a fração financeira da burguesia etc. Ou seja, toda a burguesia — que, no Uruguai, como em toda América Latina, é cada vez mais dependente — e o imperialismo — do qual

essa burguesia depende. Todos os seus membros são e continuarão a ser contrarrevolucionários.

Por isso mesmo, em nosso país a guerrilha não podia e nem pode se iniciar sendo “patriótica” ou “democrática”. Ainda que, durante seu desenvolvimento, ela possa se tornar “nacional” e, eventualmente, “democrática”, a guerrilha nasce socialista, e este é seu traço dominante. De modo que ela será enfrentada, desde o berço, por todas as classes dominantes. Aqui, a guerrilha tem um caráter de guerra de classes, mesmo que em uma etapa avançada ela também possa adquirir um caráter de guerra nacional; isso porque, se o processo avançar, haverá intervenção de burguesias dos países vizinhos.

Essa luta armada é o nível mais alto de uma luta de classes encarnizada e brutal; ainda que ela se converta em guerra nacional, não pode ser apaziguada, naquilo que tem de essencial, pelas alianças com setores da burguesia “nacional”. Fazemos essas afirmações num tom que pode até parecer esquemático, porque, antes de tudo, queremos retomar as condições nas quais a prática foquista se realizou. Tal prática se baseou numa compreensão particular e numa interpretação peculiar dessas condições, conforme veremos. Em suma, a ação armada expressa o nível mais elevado da luta de classes e, no Uruguai, ao menos inicialmente, ela não pode expressar outra coisa.

Contudo, qual foi e qual é o nível que essa luta de classes atingiu por aqui? Em termos econômicos, ela vem se estendendo amplamente em certos setores e se aprofundando relativamente nos últimos tempos. Contamos com um movimento sindical importante do ponto de vista quantitativo e que possui capacidade de atuação, algumas vezes bastante combativa, principalmente em

reivindicações salariais. Esse movimento também tem promovido pautas políticas relevantes, vinculadas sobretudo à preservação da autonomia dos sindicatos como instrumentos de classe: em particular as lutas contra as regulamentações sindicais ou outras tentativas de integrar os sindicatos institucionalmente ao Estado.

Em termos políticos e ideológicos, a classe operária e todas as classes trabalhadoras continuam a ser, em grande medida, prisioneiras da influência da ideologia das classes dominantes. Elas continuam a conceber a ação política em conformidade com a ideologia burguesa. O Partido Comunista, que constitui a força mais influente na direção do movimento operário, não faz mais do que garantir esse predomínio ideológico. Isso porque ele adota estratégia e tática reformistas, e as impõe à luta de classes, tanto em nível econômico quanto político. O Partido Comunista se curva a essa ideologia e a “importa” para o movimento operário e popular; ele vai se tornando, cada vez mais, prisioneiro dela.

Esse predomínio ideológico burguês que existe entre as massas, reforçado pelo reformismo operário do Partido Comunista, fez com que alguns revolucionários passassem a desacreditar a viabilidade de uma linha revolucionária de massas. Eles acabaram identificando as modalidades reformistas de ação no nível econômico da luta de classes com a própria luta econômica. Então, não viram as possibilidades de uma prática revolucionária no nível econômico, aquele que é o mais elementar da luta de classes. Julgaram a ação sindical como algo de pouca utilidade, de grande limitação ou mesmo inútil politicamente.

Isso ocorreu em função da impaciência desses revolucionários diante da lentidão da classe operária passar

da luta no nível econômico à luta no nível político. Eles não compreenderam que essa passagem pode demorar ainda mais, ou pode inclusive nem acontecer, se a luta econômica for dirigida pelo reformismo. Não notaram que a luta econômica, sem deixar de ser luta econômica, quando está sob direção revolucionária, torna-se o principal fundamento do desenvolvimento da consciência de classe, que é consciência política, consciência dos interesses históricos de classe. No entanto, sob direção reformista, esse processo de maturação pode ser mais lento, distorcido ou paralisado por longos períodos.

No nível da luta política, o atraso ideológico das classes dominadas e sua insistente adesão à ideologia burguesa, ao eleitoralismo e aos partidos burgueses nas eleições, operaram no mesmo sentido. Que fazer, então?

Diante dessa pergunta, muitos revolucionários acabaram vendo na luta armada um atalho para encurtar e abreviar o processo de transformação, saltando etapas. Foi, portanto, a decepção frente às possibilidades de desenvolvimento político das massas que conduziu à adoção da concepção foquista de guerrilha. Essa decepção contribuiu para que fossem considerados contraditórios dois aspectos de uma mesma prática política, que são válidos apenas quando se desenvolvem dialeticamente unidos: a ação armada e a ação de massas.

Cabe aqui fazer um apontamento que acreditamos ser justo e útil: ao subestimar a importância de uma linha de massas, ao subestimar as possibilidades e a necessidade política crucial de um trabalho organizado entre as massas, os companheiros do MLN não negaram completamente o papel das massas no processo. Parece-nos que não são justas as acusações de “putschismo” e de “blanquismo” que foram feitas a eles pelos reformistas,

antes em voz baixa e disfarçadamente, mas agora de maneira aberta. O MLN preocupou-se em não constituir uma sociedade de conspiradores, que tomaria o poder por meio com um inesperado golpe de mão. Desde o princípio, o movimento buscou conquistar a simpatia das massas. Seus erros foram outros:

1. A forma que concebeu para obter essa simpatia de massas, a tática utilizada para obtê-la;
2. O papel que atribuiu nesse processo às massas, cuja simpatia deveria ser gradualmente conquistada.

É óbvio que ambos os erros refletem as debilidades da concepção foquista.

No Uruguai de hoje, uma prática política revolucionária acertada deve integrar ação armada e ação de massas. Mas qual é o aspecto central, prioritário? Qual é o aspecto principal, ao qual o outro deve estar subordinado?

O MLN subestimou as possibilidades de uma prática política revolucionária em meio às massas. Por isso, minimizou a atividade política organizada nos sindicatos e a atividade pública (legal ou não) de organizações políticas. O movimento negou a necessidade de centrar a prática política em todos os níveis (sindical, político público, político-militar clandestino, teórico-ideológico), a partir de um partido clandestino. Acreditou, paradoxalmente, que era possível orientar as massas a partir de um centro exclusivamente militar, a guerrilha, entendida de acordo com a concepção foquista. Quis dar uma cabeça militar às massas, por não reconhecer nelas o grau de desenvolvimento necessário para viabilizar uma linha de massas e revolucionária em nível sindical, ideológico e político.

O MLN não considerava o mal-estar social — que, em última instância, possui raízes econômicas — algo suficiente para viabilizar uma linha revolucionária de massas; por outro lado, esse mal-estar parecia suficiente para possibilitar o respaldo a uma prática militar que, logicamente, supõe a existência de um nível bastante elevado de consciência. O movimento invocou os argumentos sobre o atraso político-ideológico da classe trabalhadora, sua consciência exclusivamente “economicista” e seu “sindicalismo” para não realizar um trabalho revolucionário de massas, justificando que ele “queimaria” as poucas forças disponíveis.

Mas, ao mesmo tempo, o MLN muitas vezes reivindicou o nível de consciência reivindicativa, os resultados das lutas econômicas e a combatividade frequentemente demonstrada por elas como provas da necessidade de criar um foco guerrilheiro, que traduzisse essa combatividade em nível político, como uma alternativa de poder. O movimento acreditou ser possível superar essa contradição apelando ao substitutivo ideológico da violência utilizada como exemplo.

VII. Os alcances da luta armada do MLN

Desde o início, destacamos que a concepção de trabalho de massas do foquismo sofria de uma contradição que nunca foi bem resolvida, apesar das distintas versões e inflexões assumidas nesse tema. Essa contradição se tornava evidente pois, por um lado, o foquismo subestimava a atividade organizada entre as massas, com base numa avaliação muito pessimista de suas possibilidades, mas, por outro, supunha que essas mesmas massas ti-

nham a capacidade política de aceitar e simpatizar com uma atividade armada concebida de maneira paralela às lutas populares.

Com essa contradição, o foquismo considerava, ao mesmo tempo, que a classe trabalhadora estava “verde” para concordar com uma linha revolucionária de massas, mas “madura” para concordar com uma prática militar de guerrilha urbana, paralela às lutas dessas próprias massas. Essa prática militar era paralela e não coincidente ou convergente com as lutas dos trabalhadores, pois seu objetivo era preparar um aparato armado clandestino, capaz de disputar o poder com a burguesia. Toda a política de massas do MLN foi subordinada a esse objetivo, colocada a serviço dele. A simpatia das massas seria conquistada com as ações armadas. Com isso, o movimento desenvolveu uma versão peculiar da propaganda pelo fato (fatos armados e “simpáticos”), complementada, em certos períodos, por algumas formas de propaganda armada. Nisso há elementos positivos e negativos.

Hoje, no Uruguai, a violência revolucionária pode ter — e, de fato, tem — uma dimensão positiva: promover a consciência de classe no nível de massas. Ao violentar, com fatos, a “ordem” burguesa, a violência revolucionária demonstra, também com fatos, a possibilidade de enfrentar e destruir essa ordem. Quando demonstra essa possibilidade, e também aquela de persistir longamente no tempo, à margem da lei burguesa e contra ela, a prática armada se converte em um elemento poderoso de desintegração sistêmica, tanto em nível político quanto ideológico.

Hoje, mais do que nunca, o capitalismo precisa que suas regras do jogo sejam unanimemente aceitas. Com uma tendência generalizada de crise, ele conforma um

sistema de dominação cada vez mais rígido e fechado; é a maneira que encontra para se defender e se conservar. Conforme suas contradições inerentes e sistêmicas se aprofundam, o capitalismo adota políticas progressivamente coercitivas, mais repressivas, em todos os níveis. E, pelo fato de todas essas contradições se refletirem e se condensarem no Estado capitalista, é o aparato de Estado burguês que protagoniza esse tenso esforço de frear, por meio da coerção, o desenlace, a solução dessas contradições.

A formação social uruguaia é um caso exemplar nesse sentido. Em nosso país, uma deterioração econômica, cujas raízes estão na estrutura do capitalismo dependente, origina uma deterioração gradual em nível político e ideológico. As formas e as instituições tradicionais em ambos os níveis passam a não ser mais funcionais para garantir o domínio da burguesia, nos marcos desse processo de deterioração que, em última instância, é produzido pelo nível econômico. As classes dominantes não podem resolver as contradições que o funcionamento do capitalismo dependente produz; resolvê-las significa morrer em termos de classe. As contradições que freiam o desenvolvimento econômico e fazem com que ele retroceda só podem ser resolvidas por uma organização socialista. E isso exige uma transformação social profunda, uma revolução social.

Contudo, as classes dominantes não têm como aceitar a revolução social. Até hoje, em nossa formação social, elas não encontraram uma saída, um modelo, um projeto capitalista que as permita escapar desse processo de deterioração; por isso, sua única alternativa é reprimir. Ou seja, tentar evitar, por meio da coerção, que as

contradições de seu sistema encontrem uma solução verdadeira e definitiva.

Por que essas classes fazem isso? Porque a mencionada solução envolve o socialismo. Porque essa solução está fora do sistema capitalista, fora do sistema em que vigora sua dominação. Por isso, a burguesia busca promover mudanças em nível político e ideológico, de modo a evitar a mudança em nível econômico-social. E essa mudança política e ideológica, que toma forma de crise político-ideológica, possui sentido regressivo. Ela pretende retornar às formas políticas e ideológicas já superadas pelo próprio e deformado desenvolvimento capitalista dependente.

No entanto, esse próprio processo regressivo não está livre de contradições. Ele não assume o caráter fluido, mais ou menos linear, como os reacionários costumam imaginar. O processo de deterioração tem uma repercussão particular nas distintas classes, frações de classe e, inclusive, nos distintos setores do aparato de Estado burguês. Mas discutir esse assunto nos afastaria muito de nosso tema central. O fato é que esse processo de deterioração, que continua sem perspectiva de solução nos marcos do capitalismo dependente, impõe a necessidade tanto do monopólio da violência pelo aparato repressivo do Estado, quanto da restauração do predomínio da ideologia reacionária das classes dominantes pelos aparatos ideológicos estatais.

Nesse contexto de crise do capitalismo dependente em nosso país, a violência dos de baixo, a violência fora de controle, anticapitalista, é intolerável para o sistema.

São méritos históricos do MLN, qualquer que seja seu destino final, ele ter valorizado os alcances da ação armada; ter organizado, desenvolvido e demonstrando

definitivamente a viabilidade dessa ação no Uruguai; ter desmascarado os mitos ideológicos do liberalismo; e ter contribuído para revelar muitos mecanismos ocultos da real ditadura de classe.

E como o MLN atingiu tais resultados que são, sem dúvida, relevantes? Pode-se afirmar que isso ocorreu quase exclusivamente pela realização de fatos armados. Fatos que, durante muito tempo, tiveram pouca ou nenhuma explicação de seu sentido, que foram apenas exibidos em sua evidente e impactante realidade. Fatos que tiveram influência por sua própria e surpreendente existência, num meio tão alheio aos fatos armados. Fatos que atingiram uma dimensão tão ampla que, durante muito tempo, os mecanismos publicitários do sistema não só foram incapazes de ocultá-los, mas terminaram funcionando para amplificá-los. Com essa versão peculiar da propaganda pelo fato, o MLN conquistou simpatia popular.

O tempo mostraria que a forma pela qual essa simpatia foi conquistada, assim como os métodos utilizados para obtê-la, possuíam claras limitações; envolviam, inclusive, riscos graves. Os mecanismos para captação de militantes em uma organização revolucionária não podem depender apenas da produção constante de fatos armados impactantes. Ao proceder desse modo, se termina subordinando toda a prática política, toda a dinâmica revolucionária, à possibilidade de se operar constantemente.

Se as constantes operações não motivarem um rápido desenlace, se estendendo por muito tempo, e se a dinâmica, o desenvolvimento e o avanço dessas operações dependerem de sua própria eficácia e de seu próprio impacto psicológico, será imprescindível diversificar os tipos de operação. Se a situação se prolongar ainda

mais, também será indispensável aumentar a dimensão e elevar o nível das operações. Quando as possibilidades de aumentar a influência política de uma organização estão quase exclusivamente vinculadas à sua capacidade de produzir uma dinâmica linear e ascendente de operações armadas, cedo ou tarde essa organização cairá na armadilha de adotar uma estratégia muito rígida, e, por isso mesmo, exposta a riscos graves.

VIII. O foquismo e a consciência de classe

O que define o caráter foquista do MLN é a importância quase exclusiva que ele confere às operações armadas. Como já dissemos, ele não é um movimento blanquista ou “putschista”, que criou uma organização secreta de conspiradores para, um dia, por meio um golpe de mão, tomar o poder. Isso porque o foquismo, assim como o MLN, não nega, total e radicalmente, o papel das massas no processo; o que o caracteriza, precisamente, o papel e a função que ele atribui às massas.

O foquismo se interessa pelas massas quase que somente para o apoio e a cobertura da ação militar específica. A ele não importa a participação das massas como protagonistas no processo revolucionário; ele subestima e por vezes até nega a necessidade e a possibilidade de que isso aconteça. O foquismo nega a necessidade do trabalho político entre as massas, de uma linha de trabalho para as massas; ele nega a necessidade de trabalhos que possam ser realizados pelas massas e que, nesse processo, elas se politizem e desenvolvam sua consciência de classe.

O foquismo também nega a necessidade de organizar e conduzir a luta nos distintos níveis (econômico, polí-

tico e ideológico) em que ocorre a luta de classes. Ele não considera essencial uma prática política pública, aberta e direcionada às massas. Desse modo, ele nega a necessidade de uma organização política, de um partido. O foquismo subestima a importância da política e a possibilidade de desenvolver uma linha revolucionária no nível da luta econômica, de intervir na atividade sindical com uma orientação e uma linha própria do partido. Isso é consequência de seu desconhecimento da função do partido. Se não há prática política pública, que sentido teria atuar organizadamente em nível sindical? Em suma, o foquismo nega a necessidade de uma linha de massas, para o trabalho com e nas massas. Ele busca, distintamente, conquistar a simpatia e a adesão das massas, em especial com as ações militares e os impactos psicológicos que elas motivam.

Com essas posições, o foquismo altera completamente a maneira que, em geral, a ação política vem sendo concebida. Nessa concepção, se considera indispensável a conquista gradual e paciente da consciência das massas e um desenvolvimento gradativo da consciência de classe a partir do nível elementar da luta econômica. Para evitar que o processo se interrompa nesse nível, para que a consciência de classe se desenvolva, se considera fundamental que a luta econômica esteja sob a direção política do partido revolucionário. Partido que “leva” à classe operária a ideologia revolucionária, a consciência dos objetivos políticos de classe, a consciência e o conhecimento dos próprios interesses históricos de classe. Isso porque a classe operária é incapaz de avançar espontaneamente nessa direção, visto que não extrapola a experiência da luta de classes no nível econômico. Pois, inclusive, a própria percepção da luta econômica como

um nível elementar da luta de classes exige o desenvolvimento prévio da consciência de classe.

Diz-se que somente o operário que compreendeu que sua classe tem interesses históricos antagônicos em relação àqueles da classe burguesa, somente o operário que já desenvolveu sua consciência de classe é capaz de perceber a luta econômica como aquilo que realmente é: um nível da luta de classes, o nível elementar da luta de classes. Mas se o operário não tem consciência de classe — a qual, conforme colocado, é a consciência política, ideológica, e que não surge espontaneamente —, ele pode fazer mil greves por salário, inclusive greves massivas e combativas, como tantas vezes acontece nos EUA, que não deixará de ser prisioneiro da ideologia burguesa.

Esse operário fará greves, como tem sido frequente, com uma consciência similar à de seu patrão; com a consciência de estar reivindicando um aumento de preço da mercadoria que vende. Nesse caso, um aumento do preço de sua força de trabalho, um aumento de seu salário. Esse operário não fará uma transformação do sistema social, algo que envolve o desaparecimento da propriedade e, portanto, do salário — a única maneira de ele deixar de ser explorado. Ele reivindicará menos exploração, mas não que a exploração desapareça, porque para esta última reivindicação, ele terá que conceber outro tipo de sociedade, o socialismo, e entender sua posição de explorado; terá que entender por que e como ele e os outros são explorados, e isso já implica consciência de classe.

Correta ou incorretamente, os revolucionários sempre se dedicaram a isso: investiram em um salto qualitativo, que partiria da consciência economicista, “trade-unionista”, exclusivamente sindical, e chegaria à consciência de classe, à consciência política. Tal salto exi-

ge a ruptura com a ideologia burguesa, que é dominante porque é a ideologia da classe dominante, e a aceitação da ideologia revolucionária e socialista, que expressa os interesses históricos da classe operária que, no modo de produção capitalista, é a classe dominada.

O foquismo pretende pular essa etapa. Pretende que, como em Cuba, a consciência de classe seja adquirida depois, quando a revolução já estiver no poder. Ele tem a intenção de chegar ao poder não por meio de um processo que envolve a maturação prévia da consciência de classe, revolucionária, mas por um atalho, que pula essa etapa.

O foquismo não concebe a revolução como um processo de lutas, em que as massas — por meio da experiência adquirida em sua participação nessas lutas e fecundadas pela ação político-ideológica do partido revolucionário que as orienta — desenvolvem sua consciência revolucionária de classe até destruir o poder burguês de maneira revolucionária. Distintamente, ele concebe a revolução como um processo de lutas militares, que ocorre paralelamente às lutas de massas e com as quais pouco ou nada tem a ver. Nesse processo, as operações de uma minoria armada produzem conjunturas que terminam encurralando as massas, independente da própria vontade das massas, até que elas sejam obrigadas a aceitar um desenlace revolucionário que põe no poder essa minoria armada.

A prática armada tende a produzir conjunturas políticas que envolvem o fechamento de todas as portas, de todas as vias para a ação das massas que não seja a da própria prática armada. A revolução não é concebida como a culminação ou o coroamento de um processo em que as massas, por meio de suas próprias lutas, abrem

caminho a si próprias, ao mesmo tempo em que desenvolvem e amadurecem sua consciência revolucionária.

Para o foquismo, a revolução é um desenlace praticamente independente da vontade política das massas que, se não devem ser enfrentadas, também não precisam necessariamente ser conquistadas. Por isso, esse desenlace revolucionário pode ocorrer sem a modificação prévia ou profunda da consciência política e ideológica das massas. A única exigência é não as enfrentar, não estimular sua hostilidade; é suficiente conseguir sua simpatia, ainda que superficial, ou pelo menos sua neutralidade. Não se exigirá que as massas participem ativamente desde o início do processo. Isso porque — e esse é um aspecto fundamental do foquismo — quem impulsiona as massas para a revolução é menos os revolucionários e mais a contrarrevolução.

A função do foco é suscitar, provocar, com sua atividade constante, um processo de reação política que, ao suprimir todas as demais expectativas e possibilidades, encurrale e empurre as massas para a via revolucionária. Na medida em que isso for acontecendo, crescerá o apoio das massas ao foco e isso se traduzirá na ampliação da ação militar do próprio foco. Em outras palavras: O que o foco pretende produzir é uma dialética entre ação armada e repressão; isso é claro no MLN, fato que permite caracterizá-lo como foquista. Cada operação gera uma resposta repressiva; tudo consiste em ter condições de subsistir para dar uma contrarresposta, realizar uma operação maior ou diferente da anterior. Mas por que maior ou diferente? Porque, além de provocar uma resposta, essas operações tendem a gerar um impacto psicológico na opinião pública.

Tal impacto é fundamental já que, sem a presença nas massas, é ele que pode dar relevância política ao foco. A demonstração frequente de valentia, audácia e eficácia por parte dos guerrilheiros é a única coisa capaz de manter em evidência a existência e a permanência de uma prática política que não busca outra forma de se exteriorizar. Por outro lado, a dimensão e a persistência das operações não apenas criam a perspectiva de vitória, de êxito, mas também geram o recrutamento necessário para a ampliação do foco. Encerrado em uma prática exclusivamente militar, o foco vive em função dos êxitos que obtém no campo militar.

IX. A coexistência pacífica entre foquismo e reformismo

Quando começamos esta série de textos, assinalamos que as experiências de guerrilha urbana (em Israel, na Irlanda, em Chipre) se desenvolveram como parte de lutas por independência política. Cuba, que é a experiência inspiradora da concepção foquista, deu o exemplo de uma guerrilha antiditatorial realizada para o restabelecimento das instituições da democracia burguesa. Destacamos que, no Uruguai, não havia nenhuma dessas duas situações quando o foco começou a operar, visto que nosso país, pelo menos formalmente, é independente e “democrático”. De modo que o surgimento do foco se baseava em questões sociais.

Então, era possível que surgisse uma contradição entre o método escolhido (o foco) e os objetivos (sociais) da ação. Contradição que se origina no fato de que os objetivos sociais (socialistas) impõem a necessidade de uma participação de massas — a qual implica, por sua

vez, uma política de massas —, que é diferente do apoio popular indiscriminado, “policlassista”, que os objetivos não socialistas (nacionais ou democráticos) das outras guerrilhas podem suscitar. Já vimos que isso é verdade, em particular depois de Cuba, quando as burguesias dependentes da América Latina passaram a se opor decididamente a qualquer ruptura com a “ordem” burguesa.

Essa contradição impôs ao MLN, como versão uruguaia do foquismo, a necessidade de diversas adequações de concepção. O movimento tomou como base alguns fundamentos. Se a ação da guerrilha conseguisse garantir uma continuidade ascendente, se ela conseguisse ter impactos sempre frequentes e maiores, isso motivaria medidas repressivas cada vez mais duras e generalizadas. Depois de toda operação importante, os simpatizantes do MLN esperavam um golpe militar ou um golpe do próprio MLN. Durante muito tempo, para evitar a hostilidade das massas, o MLN teve o cuidado de promover ações “simpáticas” para a população; dentro do possível, realizou operações pouco violentas e sem enfrentamentos: expropriações, tomadas de equipamentos, ações de propaganda e represálias incontestáveis.

Com isso, a alternativa ia se desenhando com clareza. Se a normalidade institucional continuasse, a repressão seria bem pouco eficaz. Se o foco alcançasse certo grau de desenvolvimento, isso provocaria uma dinâmica de crescimento do próprio foco, que poderia ser mantida com as crescentes operações. Mesmo com eventuais erros táticos, durante algum tempo não parecia que esse crescimento tropeçaria em obstáculos decisivos, nos marcos de um regime “democrático”. Outra possibilidade era que a democracia terminasse lançando mão de medidas mais autoritárias ou mesmo ditatoriais; ainda que elas

pudessem ser mais eficazes para a repressão, acabariam estabelecendo condições políticas mais favoráveis para que o foco ampliasse sua influência. Em um contexto democrático, a repressão era ineficaz; fora dele, criava-se precisamente uma conjuntura política próxima daquelas em que a luta armada guerrilheira vinha tradicionalmente se consolidando. Diante de uma ditadura, a guerrilha passaria então a encarnar a luta pela democracia perdida; se produziria com isso uma conjuntura de tipo cubano.

O MLN parece ter se movido nessa direção por um longo tempo e, justamente por isso, passou a subestimar a luta ideológica e política. O movimento sustentava que qualquer forma de atividade pública “queimava” militantes e simpatizantes; isso comprometia o futuro, pois só permaneceriam aqueles que fossem capazes de se organizar para combater na mais absoluta clandestinidade. Ele considerava, portanto, que era negativo “dar as caras”, sustentar em público uma linha para as atividades políticas públicas ou sindicais. Dizia-se que a política era a preparação paciente de um aparato armado clandestino capaz de disputar o poder com a burguesia. Com pequenas variações, essa linha foi aplicada até os fins de 1970, quando a proximidade das eleições colocou ao foquismo um difícil problema.

Durante todo o período entre 1966 e 1970, na espera da ditadura que varreria toda forma pública de atividade política e sindical, o MLN evitou as polêmicas com o reformismo. O movimento só discutia e enfrentava as posições reformistas relacionadas a fatos particulares e espaços concretos. Era algo relativamente fácil de fazer, já que, em virtude da própria concepção foquista, a guerrilha carecia de figuras públicas, de “representantes visíveis” em nível público, de massas; inclusive, o movimento não

tinha linha e nem critérios para o trabalho de massas, que via de regra era considerado negativo.

Assim se conformou a situação, bastante característica e conhecida, da ação paralela entre a guerrilha urbana do MLN e a prática reformista em nível de massas do Partido Comunista, ambas levadas a cabo sem interferências mútuas. Num momento que, em toda América Latina, as guerrilhas rompiam com os Partidos Comunistas, no Uruguai ambos coexistiram pacificamente, sem ataques e interferências recíprocas. Cada parte apenas confirmou sua incredulidade nos métodos da outra, deixando para um futuro indeterminado a discussão dessa diferença “tática”, sobre a qual pouco se falava.

Dessa forma, a guerrilha poderia crescer sem questionar ou comprometer o predomínio reformista no nível de massas, sindical, o que era favorecido pelo abandono da ação de massas do foquismo. É óbvio que, na realidade, a prática reformista e a prática guerrilheira eram contraditórias; por isso mesmo, esse “acordo”, essa divisão das zonas de influência, só poderia ser algo transitório. Em termos objetivos, a prática revolucionária é sempre contraditória com a prática reformista. Em certos setores, como entre os estudantes ou em certos sindicatos, em que as simpatias pelo MLN adquiriram formas mais ou menos organizadas, o choque com os reformistas foi inevitável. Foi só pelo empenho dos dirigentes e pela dimensão de sua autoridade, fundada no prestígio do aparato militar, que esse choque, implícito na realidade das coisas, não se generalizou e nem adquiriu dimensão de polêmica e de luta ideológica antirreformista.

Certamente, a direção do MLN concordou com esse compromisso de caráter transitório. Ela pensava que, no curto prazo, a ação do foco provocaria o fim da demo-

cracia, da “legalidade” burguesa, e, com isso, do próprio reformismo. Tendo em vista que a manutenção da legalidade era fundamental para o Partido Comunista, se ela desaparecesse, o partido seria colocado para fora do jogo. Isso obrigaria aquilo que dele restasse a se colocar atrás do MLN, única organização que, em função de suas características, teria condições de continuar operando num ambiente político e repressivo mais duro. Sob tais condições, o MLN absorveria, assim como em Cuba, todas as posições antiditatoriais, constituindo a vanguarda da restauração democrática.

As armas conferiam ao movimento a possibilidade de encabeçar essa luta e se tornar sua vanguarda militar e política. A prática militar seria responsável por bloquear, por sua própria existência, todas as demais vias; ela seria reafirmada plenamente e compartilhada inevitavelmente por todos, visto que a ditadura acabaria com todas as outras alternativas. Tal prática armada produziria uma mudança qualitativa em nível político: o estabelecimento de uma ditadura e de um foco de resistência armada a ela. Com isso, a guerrilha, depois de seu período “introdutório” e conforme se recuperasse, estaria na contramão dessa situação e com condições de, enfim, se consolidar socialmente no nível de massas.

A luta antiditatorial, como em Cuba, envolveria todo o povo e atrairia um apoio policlassista, já que ela é de interesse policlassista. Com o fim da “concorrência” reformista e de qualquer outro tipo, assegurado pela repressão ditatorial, a guerrilha assumiria a direção das massas. Isso seria feito sem “polêmicas estéreis”, sem “palestras teóricas”, sem “cisões”, e quase sem a necessidade de discussão; haveria discussão apenas pelos fatos e, com isso, a guerrilha nunca deixaria de ser guerrilha (foquis-

ta). Assim, a guerrilha assumiria a direção completa das massas, pois contaria com os únicos remanescentes. Além disso, a guerrilha teria uma aptidão militar que, nesse contexto, seria totalmente “funcional” para a luta antiditatorial.

Por sua parte, o reformismo apostou na sobrevivência da democracia, evitando, de todas as maneiras e com tudo que estava ao seu alcance, que fossem criadas situações capazes de comprometê-la. Acreditando que o foquismo era desnecessário, o reformismo reforçou sua direção sobre o movimento de massas, tratando de afastá-lo cuidadosamente de qualquer atividade que pudesse comprometer a manutenção das leis em vigor. O reformismo se absteve de fazer críticas públicas à guerrilha, ainda que, por baixo dos panos, tenha feito uma incessante campanha ideológica contra ele; publicamente, chegou algumas vezes a dedicar-lhe alguns sorrisos discretíssimos... A direção do Partido Comunista acreditava que a repressão esmagaria o foco antes que ele pudesse produzir um volume suficiente de operações armadas para colocar em xeque a “legalidade institucional”, aquilo que o reformismo, como todo reformismo, necessita para viver.

Devido à sua concepção foquista, o MLN não possuía uma prática política no nível de massas, que pudesse convergir com a atividade militar revolucionária da guerrilha. Isso tornava possível a política do Partido Comunista, pois a existência e o desenvolvimento do foco armado não interferiam e nem ameaçavam seu controle da direção do movimento de massas. Nos casos em que simpatizantes do MLN se organizaram e atuaram com critérios próprios no movimento, foram duramente atacados pelo Partido Comunista. Mas como isso aconteceu poucas vezes, e apenas setores restritos, não foi necessário ao

Partido Comunista criar polêmicas mais generalizadas contra o MLN. Assim subsistiu, durante vários anos, esse curioso paralelismo, essa “coexistência pacífica” entre uma guerrilha ascendente e um Partido Comunista com predomínio na direção do movimento de massas.

Entretanto, essa situação implicava uma vantagem nada desprezível para o Partido Comunista. Aqueles que, no campo revolucionário, desenvolviam uma linha no nível de massas, aqueles que buscavam a convergência dos dois aspectos da prática política revolucionária — o aspecto militar e o aspecto de massas —, se viram pressionados, cercados entre duas forças que não interferiam uma na outra, que se desenvolviam paralelamente sem se enfrentar. Aqueles que reivindicavam a necessidade da ação armada imediata, simultânea e convergente (não paralela) à ação de massas, obviamente sofreram com os ataques do reformismo no nível de massas e com a concorrência do foquismo no nível militar; em especial a partir de 1968, o foquismo canalizou as simpatias dos setores mais dispostos à ação revolucionária. As maiores forças revolucionárias que não estavam dispostas a lutar contra o reformismo foram direcionadas para o MLN, com sua concepção foquista; isso garantiu que no nível de massas se consolidasse o predomínio reformista e o enorme enfraquecimento da linha revolucionária.

É certo que a ação do MLN contribuiu para revigorar as forças da revolução. Mas sua concepção foquista não permitiu que, no nível de massas, se desenvolvesse uma posição revolucionária suficientemente forte, capaz de evidenciar as implicações político-ideológicas da linha reformista do Partido Comunista. Esse, enfim, é o resultado político ambíguo, ainda que previsível, do avanço do foquismo em nosso país. Não há dúvida que a capacidade

militar do MLN, a guerrilha foquista, tinha condições de ser ampliada. Mas isso seria suficiente?

X. Vitória da guerrilha e manutenção do sistema capitalista

Foi em mais ou menos em abril que as mencionadas debilidades da concepção foquista entraram em crise no MLN. Essa crise, que inclusive foi registrada em documentos internos obtidos e publicizados, fez com que parte da direção do MLN constatasse muito claramente dois problemas fundamentais que apontamos anteriormente.

1. As dificuldades colocadas à guerrilha urbana para destruir o aparato repressivo exclusivamente por meio da prática militar guerrilheira;
2. As dificuldades para ampliar o círculo das simpatias populares despertadas pela ação guerrilheira; segundo os documentos publicizados, naquele momento a direção do MLN considerava já ter conquistado a simpatia daqueles setores que, por serem mais politizados, poderiam ser captados pela prática militar foquista.

Um problema era mais “técnico” e o outro mais político. A existência real de ambos os problemas evidenciava que a prática foquista estava atingindo os limites de suas possibilidades de desenvolvimento. Esses dois problemas, ainda que operem em planos distintos, estão intimamente vinculados; são dois aspectos de uma mesma questão política, para a qual o foquismo não pode, e nunca poderá oferecer uma solução definitiva.

Começamos pelo primeiro aspecto, isto é, o problema mais especificamente “técnico”, criado pelas dificuldades que toda guerrilha urbana possui para conquistar a vitória final por meio de uma prática exclusivamente guerrilheira, nos marcos de uma luta que não é anticolonial e nem “democrática”. Para recapitular, havíamos destacado que a prática de guerrilha urbana, conforme foi levada a cabo internacionalmente — mencionamos os casos do Irgun, em Israel; do IRA, na Irlanda; da EOKA, em Chipre —, teve como objetivo fundamental a libertação nacional, a independência nacional por meio de lutas anticoloniais. Tínhamos acrescentado também que, em outras oportunidades, a guerrilha urbana teve como objetivo político a luta contra ditaduras. Ou seja, tratava-se, em alguns casos, de se obter a independência nacional formal e, em outros, de se conquistar a restauração de regimes “democráticos” burgueses.

Quando insistimos em destacar as dificuldades da guerrilha urbana, atuando enquanto tal, como forma de ação militar capaz de obter uma vitória final, nos referimos em especial àqueles casos em que, como o MLN, a ação guerrilheira urbana não tem como objetivo fundamental a independência e nem a “democracia”, mas transformações sociais profundas. As dificuldades especificamente militares que se colocam e essa forma de ação guerrilheira são reais e gerais. Elas envolvem a vitória militar sobre o aparato repressivo burguês e não se restringem ao foquismo, mas têm alcance e validade geral. Sempre que a guerrilha urbana tem objetivos de transformação social profunda, as formas específicas de ação armada por ela encarnadas são insuficientes, por si sós, para conquistar a vitória, ou seja, a destruição do aparato armado repressivo.

Nos mencionados casos de luta anticolonial, a guerrilha urbana operava, normalmente, mais como um fator de pressão política do que como um fator decisivo em termos militares. A guerrilha urbana em Israel, em Chipre e mesmo na Irlanda operou como elemento auxiliar na obtenção de uma solução de compromisso factível, na medida em que o objetivo buscado — isto é, a independência nacional — não comprometia os fundamentos do sistema capitalista. Nesses países, a independência se mostrava compatível com a permanência do sistema capitalista.

A repressão e a resistência de uma potência colonial aos movimentos independentistas ocorrem enquanto, no balanço entre benefícios e custos (militares e, sobretudo, políticos, de prestígio), os primeiros preponderam sobre os segundos. Quando os custos militares e políticos da colônia tornam-se maiores que os benefícios por ela obtidos, os colonialistas passam a negociar e, como nos casos em questão, podem mesmo ir embora. Por que isso é possível? Porque, em geral, depois da independência formal, quem assume o poder e exerce a dominação são as classes dominantes locais, as burguesias nacionais, que já tinham estabelecido seu *modus vivendi* durante a dominação da potência imperialista. Nesse processo, antes ou depois da independência, não há ruptura com o sistema capitalista, mas apenas um ajuste.

Essa posição não subestima a importância dos movimentos de luta anticolonial por independência e nem as possibilidades que eles produzem. Entretanto, é útil apontar o verdadeiro alcance do objetivo desses movimentos, porque ele condiciona as possibilidades e a validade da guerrilha urbana como forma de ação armada. E, como falamos de guerrilha urbana no Uruguai, nos referimos

aos exemplos de luta anticolonial baseados nesse método de ação militar.

No caso das ditaduras — ou seja, de regimes políticos instituídos à margem da “legalidade” burguesa — ocorre um fenômeno em certo sentido similar. Essas ditaduras resistem enquanto podem; mas, se a situação de conflito armado sustentada pela guerrilha se prolonga, quer dizer, se a ditadura demonstra sua ineficácia para restaurar a “ordem”, as classes dominantes acabam abandonando a ditadura e negociando o restabelecimento da democracia liberal. Isso só é possível se a derrubada da ditadura e a restauração “democrática” não envolverem transformações sociais profundas.

Esse é o precisamente caso da Revolução Cubana, se tomarmos como base toda sua primeira etapa, da guerrilha. É notório que o processo de radicalização e aprofundamento da Revolução Cubana foi posterior à chegada dos guerrilheiros ao poder, ou seja, ele aconteceu apenas depois da derrubada da ditadura e da liquidação de seu aparato repressivo. Foi justamente esse caráter radical de eliminação do aparato repressivo que tornou factível o processo posterior de radicalização. Sabe-se que, em geral, as revoluções democrático-burguesas sempre tropeçam nos obstáculos construídos pela ditadura para manter a estrutura do aparato repressivo organizada. O fato disso não ter acontecido em Cuba não modifica o caráter democrático-burguês da Revolução Cubana, em sua etapa inicial. Ela contou depois com um redirecionamento social, reformista radical e finalmente socialista, num processo que durou alguns anos depois da derrubada da ditadura de Batista.

Em conclusão, se a guerrilha rural foquista teve condições de ascender ao poder, isso se deu pelo objetivo

que ela sustentava. Um objetivo que não era incompatível com o sistema capitalista e que nem sequer apontava para um reformismo mais profundo, que comprometesse os fundamentos desse sistema. A guerrilha urbana ou rural, como forma de luta armada, terá possibilidades de obter a vitória se seus objetivos não forem incompatíveis com o sistema capitalista. Entendemos que há vitória quando se alcança o objetivo buscado. Isto é, a guerrilha urbana anticolonial obtém a vitória quando alcança a independência, que é o fim que ela pretende atingir; a guerrilha de restauração democrática obtém a vitória quando alcança a derrubada da ditadura, que é o fim que ela pretende atingir.

E o que acontece com o aparato repressivo? No primeiro caso, das guerras coloniais, o exército de ocupação colonial retira-se do país ocupado e retorna ao seu; isso porque ele pode ir embora daquele país. No segundo caso, da guerrilha “democrática”, o exército tem seu comando alterado ou se desmobiliza, como ocorreu em Cuba. O que há em comum entre ambos os processos é a permanência do sistema capitalista, que não é colocado em xeque com a ação guerrilheira. É precisamente nisso que radica a possibilidade de vitória dessa forma concreta de ação militar (a guerrilha).

Agora, o que acontece quando se trata de uma revolução de claro conteúdo social? O que acontece se a atividade da guerrilha urbana pretende chegar a uma transformação profunda do sistema social, se o que está em jogo é o próprio sistema? Nesse caso, as classes dominantes não podem ceder. Na América Latina, sobretudo depois da experiência cubana, ficou bem claro, tanto para o imperialismo quanto para as classes dominantes (burguesias) locais, que, em tal circunstância, não há

margem para negociar. Decerto as classes dominantes não podem negociar seu próprio desaparecimento; a essa altura, elas também não podem negociar mudanças muito radicais do sistema social, ainda que tais mudanças não impliquem a imediata desaparecimento do capitalismo.

XI. Guerrilha urbana, insurreição e guerra popular

No contexto econômico-político de nosso continente, as possibilidades de o sistema “digerir” reformas são muitíssimo limitadas. Por isso, a alternativa para as classes dominantes latino-americanas e para o imperialismo é resistir até o fim, contra todo movimento armado que coloque em xeque sua dominação. O exército das burguesias locais, que depende dessas classes, não pode subir num barco ou num avião e simplesmente ir embora. Ele precisa combater e, neste combate, triunfar ou capitular; e também não pode aceitar que os “sediciosos” de ontem se convertam nos governantes de amanhã. Em função disso, os exércitos locais resistirão até o fim, porque sua derrota seria o fim do sistema.

Cabe aqui uma pergunta bastante direta: Uma guerrilha urbana possui condições de destruir o aparato repressivo com uma atuação exclusivamente militar? Em outros termos: A guerrilha urbana é um meio militarmente adequado para promover uma revolução com objetivos de transformação social radical, uma revolução socialista?

Parece óbvio que, no caso de uma revolução social, a finalidade central da guerrilha urbana é promover as condições políticas que possam levar à derrubada do aparato armado das classes dominantes. Ou seja, a função da guerrilha não é buscar a vitória, a derrubada desse

aparato, em um enfrentamento militar direto, “mano a mano” com o exército. Sua função é promover as condições políticas para que essa ação militar seja vitoriosa. Mas, para chegar à vitória, é preciso desenvolver outras formas de luta, que estão para além da guerrilha.

Quando se trata de revolução social, a guerrilha urbana parece ter como função mais adequada preparar a passagem, o salto qualitativo para outra forma de luta: a insurreição. Por meio dela é possível alcançar a vitória decisiva na guerra urbana. Em consequência, acreditamos que a guerrilha urbana só se justifica como preâmbulo, como preparação necessária e imprescindível da insurreição. É claro que o processo insurrecional pode assumir diversas formas, mas ele exige sempre a participação de setores massivos de certa dimensão. Porque é impossível conceber uma insurreição sem a participação das massas.

No entanto, o critério aqui não é plebiscitário ou eleitoral. Não há necessidade de esperar que metade mais um dos habitantes de uma cidade decidam se levantar em armas para promover uma insurreição. Isso parece óbvio, mas consideramos importante apontar. Com frequência — talvez pela influência da ideologia eleitoralista que as classes dominantes empurram ao proletariado — se supõe ou se concebe o processo insurrecional como uma mobilização que conta com a presença integral ou quase integral das massas. Vemos esse tipo de suposição em certas afirmações populares; por exemplo, quando se fala em “sair às ruas”, da “necessidade de sair às ruas”, quando se fala que “algo está para acontecer” etc.

É evidente que um processo insurrecional pode abarcar manifestações de rua massivas, mas isso não é o mais importante. Uma insurreição, como é o caso de toda ação armada, é decidida principalmente pelas operações,

pelo combate armado, e não por manifestações de rua. Por isso, quando falamos da necessária participação das massas em um levante insurrecional, estamos nos referindo a uma série de ações de massas em distintos níveis, que conta com a participação do setor mais dinâmico das massas.

De modo que não podemos partir do princípio que, para uma insurreição, é imprescindível que haja participação direta da maioria da população ou mesmo da maioria da classe operária. Nunca houve uma insurreição com essas características. Quando falamos aqui de massas, nos referimos aos setores mais conscientes e combativos das massas, isto é, aqueles que, de fato, graças a um trabalho político prévio desenvolvido pelo partido, estão em condições de participar ativamente de um movimento desse tipo. Participação das massas é aquilo que houve, por exemplo, na Espanha de 1936 e em São Domingos. Participação de massas é a participação de um setor das massas, e não necessariamente da metade mais um dos integrantes da população ou da classe operária.

Já que mencionamos o caso de São Domingos, cumpre dizer que há outra possibilidade insurrecional que, na América Latina, não deve ser descartada. Trata-se daquela que pode ser criada no contexto de um enfrentamento entre setores militares, quando um destes setores foi conquistado politicamente para a causa popular; quando ele recebe e admite o apoio das massas e, eventualmente, da própria guerrilha urbana. Essa conquista de um setor militar pode ocorrer por um trabalho político deliberado ou por uma situação conjuntural, que empurre esse setor para a causa popular.

Mas toda forma de ação insurrecional pressupõe necessariamente uma prática militar anterior, assim

como a existência de um aparato militar clandestino, previamente organizado e com suficiente capacidade operativa e experiência; um aparato em condições de orientar, demarcar e conduzir de modo adequado um processo insurrecional. Devemos fazer esse comentário porque, quando realizamos um balanço das experiências de insurreições urbanas levadas a cabo em períodos anteriores, isso nos leva a constatações surpreendentes.

Podemos tomar como referência livros como *La Insurrección Armada*, de A. Neuberg, publicado na Argentina. Quando fazemos um balanço das insurreições urbanas — por exemplo, aquelas que foram realizadas durante os anos 1920 na Europa e na China, pelos partidos comunistas, encorajados pela perspectiva revolucionária do Komintern —, ele demonstra que um dos fatores fundamentais para o fracasso foi a preparação prévia insuficiente. Isto é, a falta do desenvolvimento anterior de um aparato especificamente militar — profissionalizado, digamos — para a prática militar prévia à insurreição. O balanço das experiências demonstra com clareza que, por mais que a participação das massas seja indispensável, o desenvolvimento de um aparato armado clandestino também é imprescindível para o sucesso de uma insurreição armada urbana. Isso é válido inclusive nos casos em que há apoio de um setor mais ou menos importante do exército burguês. Há ainda um terceiro elemento que deve ser sempre levado em conta: a necessidade imprescindível de realizar um trabalho político com os membros do aparato repressivo das classes dominantes. Pretendemos desenvolver melhor esse tema em outra oportunidade.

Desse modo, podemos definir os três requisitos indispensáveis para o êxito de uma insurreição urbana armada:

1. A participação de setores importantes das massas, por meio de ações em distintos níveis;
2. A existência prévia de um aparato armado clandestino, com experiência militar adquirida e que esteja na vanguarda do processo;
3. A existência de um trabalho político prévio com os membros do aparato repressivo.

É óbvio que esses três requisitos pressupõem a existência de um trabalho político prévio e rigoroso, que só pode ser feito pelo partido. Pois o partido é a organização que tem condições de desenvolver, promover e alinhar essas diversas atividades a partir de um centro diretivo comum. Tal concepção de insurreição armada nos leva, mais uma vez, à conclusão de que a estruturação do partido é o propósito fundamental durante a etapa de preparação das condições para a insurreição, e não o contrário. Ou seja, é o centro político que conduz a ação armada e não a ação armada que conduz o centro político.

Parece ainda relevante explicar uma outra coisa. Ao falarmos de insurreição há sempre o risco de o termo ficar um pouco esvaziado de conteúdo. Na América Latina, a luta armada, desde seu início, está impregnada da noção de que sua forma fundamental e praticamente única é a guerrilha. Por isso, no entendimento popular, o termo insurreição diz pouco, sugere pouco. Ou então, sugere justamente aquela ideia das multidões que saem às ruas etc. Quando nos referimos à insurreição urbana armada, fazemos referência a episódios como o Bogotazo, o Cordobazo e aqueles de São Domingos, com a participação ativa de um aparato armado desenvolvido previamente, e com a direção do partido revolucionário. Em Córdoba, Bogotá e São Domingos houve condições para

uma participação de massas na insurreição. O que não houve foi a organização prévia de um aparato armado experimentado, que estivesse em condições de dirigir o processo e de inserir operações militares nas ações de massa, as quais teriam tido um alcance determinante. Ainda que, em São Domingos, parte dessa função tenha sido assumida por uma fração do exército.

É evidente que deixamos de lado, por ora, o problema das possibilidades de estabilização de uma situação insurrecional, como no caso de Córdoba. Na realidade, é muito improvável que um regime estabelecido por um processo insurrecional na cidade de Córdoba tivesse condições de se sustentar. Mas o que nos importa aqui é a referência dessa etapa do processo de luta armada; com ele, pretendemos confrontar outras hipóteses sobre o tema, como aquela do foquismo.

Para elucidar definitivamente nossa proposta, talvez seja útil compará-la com a chamada “guerra popular”, o “modelo asiático” aplicado na China e depois no Vietnã, que foi teorizado por Mao e mais tarde adaptado por Giap para o contexto vietnamita. Assim como o foquismo inicial, essa concepção se concentra na importância decisiva da guerrilha rural e sustenta a necessidade de convertê-la, por etapas reversíveis, num exército regular. A guerra popular ou “guerra asiática”, como foi chamada por seus teóricos, é o processo por meio do qual a guerrilha rural, concebida de maneira bastante similar àquela de Cuba, se transforma em exército revolucionário. Processo que busca responder como, partindo da ação guerrilheira, é possível se passar à campanha aberta, à guerra clássica, de campo, usufruindo de um método flexível e escalonado em etapas reversíveis.

Em função das condições da guerra na Indochina, há uma insistência grande, por parte de Mao e mais ainda de Giap, na necessidade de conservar a possibilidade de retroverter. Ou seja, reconverter o exército regular em milícias locais e, inclusive, reconverter as milícias em guerrilha, no caso de uma correlação de forças muito desfavorável. Foi o que aconteceu na Indochina, quando a intervenção massiva das tropas norte-americanas fez com que os comandantes vietnamitas retornassem, durante um período mais ou menos longo, à guerra de guerrilha. A etapa anterior, quando se combatia principalmente o exército títere de Saigon, era de guerra clássica. E, recentemente, a guerrilha rural foi outra vez convertida em guerra rural; combate-se de novo em guerra clássica de campanha porque, graças ao processo de luta, a correlação de forças voltou a ser favorável.

A guerra vietnamita exemplifica de maneira brilhante o grau de flexibilidade e a capacidade de adaptação que são necessários em todo tipo de guerra prolongada. Flexibilidade e adaptação que, sem dúvida, só são possíveis quando há uma politização profunda, não apenas do pessoal armado, mas também das próprias massas. O exército regular, que já operava em guerra de campo, foi reestruturado em 1963, quando a intervenção massiva norte-americana se iniciou; converteu-se então em guerrilha. Para os soldados e o povo vietnamita em geral, essa reestruturação teria sido impossível de “digerir” sem grave desmoralização, se não tivesse havido um sólido trabalho de preparação política em todos os níveis, envolvendo tanto o aparato armado quanto a própria população civil.

Toda guerra prolongada, qualquer que seja a forma ou a metodologia que assuma, tem como requisito indispensável a politização intensiva dos quadros militares

e um trabalho político eficaz no nível de massas. Isso é fundamental para que as mudanças e conversões que essa guerra exige sejam devidamente compreendidas e assimiladas. Apenas uma concepção restrita e imediatista subestima a importância do trabalho político em todos os níveis e do partido como único instrumento adequado para realizar esse trabalho.

Essa exposição dos aspectos fundamentais da chamada “guerra popular” parece útil, visto que permite diferenciá-la da guerra em cenário urbano, que temos sido obrigados a desenvolver em nossa realidade. Certamente, não temos aqui outro interesse senão realizar uma primeira aproximação desse tema para subsidiar uma discussão qualificada. Nessa perspectiva, podemos dizer que, na guerra popular, o mais importante é que o desenlace militar (a vitória) se situa no mesmo plano da guerra clássica. Isto é, o desenlace militar da guerra popular é buscado no confronto entre exércitos regulares, por meio de campanhas e da guerra de campo. Formação de guerrilhas, bases de apoio com ocupação de território, escalões intermediários de milícias locais... Tudo isso pressupõe e aponta para a formação de um exército regular, capaz de vencer o inimigo, o exército regular inimigo, em batalhas campais clássicas. Em suma, a teoria Mao-Giap nos ensina como é possível formar um exército regular revolucionário à margem do aparato estatal burguês ou colonial, e como ele pode vencer, em guerra popular ou de campo, o exército burguês ou colonial.

Como se sabe, a guerra prolongada de Mao terminou na campanha de 1948, quando o exército comunista “conquistou” toda a China, vencendo em guerra regular o exército de Chiang Kai Shek. A guerra na Indochina contra os franceses terminou com a derrota militar dos

colonialistas em Dien Bien Phu; isso tornou muito negativo o balanço de benefícios e custos que o comando francês era obrigado a fazer, e pressionou a França a negociar. Portanto, a chamada “guerra popular” se inicia com a guerrilha rural — como na concepção foquista ortodoxa, de tipo cubano) e termina com o exército do povo, um exército de campanha.

XII. Da guerrilha urbana à insurreição

É possível transportar essa concepção da guerra popular para a realidade do Uruguai, onde os objetivos da ação armada são primordialmente sociais? É possível estruturar um exército próprio nas cidades, a partir da guerrilha urbana? Isso nos parece muitíssimo difícil. Partindo de um certo nível de ação armada com características de guerrilha urbana na cidade, pode-se chegar até um fustigamento intenso das forças inimigas. Entretanto, a resolução final ocorre apenas com uma insurreição popular urbana.

A etapa final da guerra prolongada, quando concebida em termos de “guerra popular” ou guerra de “modelo asiático”, consiste em uma campanha militar mais ou menos clássica, uma guerra regular entre exércitos regulares. Em nossa realidade, a fase final da guerra que precisamos promover, a partir da guerrilha urbana, é a insurreição, também fundamentalmente urbana. É evidente que nos referimos à maneira que essa questão se coloca na formação social uruguaia. Também nos parece óbvio que, se projetarmos essa questão para a América Latina em geral, a guerra popular não é algo descartável *a priori*. Ainda assim, ela precisaria ser submetida a uma crítica bem minuciosa, que partisse das corretas posições

sobre a “guerra popular” formuladas por Régis Debray em *Revolução na Revolução?*. Debray destacou que, mesmo no meio rural latino-americano, a situação nem de longe se equivalia àquela dos países asiáticos, por uma série de circunstâncias concretas: escassa população, fixação local de um aparato repressivo, características peculiares da estruturação social do campesinato etc.

Esse caráter fundamentalmente urbano da luta em nossa realidade — tanto em sua etapa inicial de guerrilha urbana, quanto na fase de sua resolução insurrecional — atribui à dimensão política da prática militar uma centralidade maior e uma importância mais decisiva do que a “guerra popular” asiática. A ação no meio urbano torna decisiva a vinculação com as massas; desde o início, a operação do aparato armado, em termos de prática militar, precisa ser guiada por um critério de ação pelas massas e para as massas. As características urbanas da guerra condicionam politicamente a guerrilha muito mais do que outras táticas militares revolucionárias. Isso porque o desenvolvimento do aparato armado clandestino da guerrilha urbana não constitui, militarmente falando, um fim em si mesmo, mas um meio para promover um desenvolvimento político das massas.

O desenlace insurrecional exitoso contém em si essa ideia de um trabalho político prévio. A insurreição só pode ser vitoriosa se a preparação política anterior, na qual a guerrilha urbana é elemento fundamental, tiver sido completamente realizada. Isso é assim porque, no fim das contas, o desenlace insurrecional não depende centralmente do desenvolvimento técnico-militar prévio do aparato armado, mas da eficácia com que ele se insere e se move entre as massas, junto as quais pode obter a vitória pela via insurrecional.

A eficácia da inserção e da movimentação da guerrilha urbana depende mais da justeza de sua linha e de sua ação política do que de seu desenvolvimento técnico. É claro que isso não significa, em absoluto, subestimar a necessidade de um desenvolvimento especificamente técnico do aparato armado. Porque, como colocado, o aparato armado constitui um fator indispensável para todo êxito insurrecional; é ele que está na vanguarda e que é o protagonista das ações armadas que determinam o êxito da insurreição. É óbvio que a justeza desse trabalho de massas do aparelho armado supõe a existência e a ação de um partido, que dirige o conjunto do processo e promove uma prática política que extrapola bastante os limites da prática militar isolada e exclusiva. Dessa justeza dependem as possibilidades de desenvolvimento das condições para a insurreição.

Queremos sustentar a hipótese de que formar um exército com características de exército regular a partir de uma guerrilha urbana, se não é algo impossível, é ao menos difícilimo. Em outras palavras: A guerrilha urbana, enquanto tal, não pode vencer militarmente um exército numa guerra aberta em meio urbano. Consideramos que a guerrilha urbana só pode ser convertida na forma superior de um desenlace insurrecional. Ela não tem condições, ou pelo menos coloca dificuldades enormes, para se elevar à constituição de um exército, com características de exército regular e capacidade de garantir, por meio de uma guerra regular, a vitória militar em meio urbano.

As condições da guerrilha rural e da guerrilha urbana para o desenlace militar são distintas. Quando se parte da guerrilha rural, existe uma necessidade de se passar por uma etapa intermediária de constituição de um exército regular, que tenha condições de lutar numa

guerra clássica de campanha; ou seja, entre a guerrilha rural e a vitória existe uma guerra regular. Quando se parte da guerrilha urbana, não é possível constituir um exército regular e, por isso, torna-se necessário passar diretamente à insurreição; ou seja, entre a guerrilha urbana e a vitória há apenas a insurreição. Daí a extrema delicadeza do momento insurrecional, visto que a experiência insurrecional é, em grande medida, irreversível. Uma insurreição termina sempre em vitória ou grave derrota. Distintamente, a etapa intermediária entre a guerrilha rural e a vitória, o período de guerra regular, não é tão delicado e perigoso politicamente quanto a conjuntura insurrecional.

Digamos que a guerrilha urbana está condenada a ser apenas isso, guerrilha, guerrilha urbana, até o momento, muito bem escolhido, em que ela se converte em insurreição generalizada. Seria inoportuno e tomaria muito tempo expor agora todas as razões técnicas que, do nosso ponto de vista, inviabilizam, em nossa realidade, a conversão de uma guerrilha urbana num exército capaz de disputar a vitória com o inimigo numa ação aberta, num combate formal.

Parece claro que, quando falamos de ação aberta e combate formal, não nos referimos à insurreição, que foi definida como culminação necessária da luta guerrilheira urbana, mas a um tipo de etapa prévia, que, na concepção foquista do MLN, foi chamada de “la guerra” [a guerra]. Esse é um tipo de etapa intermediária, que se situa entre a atividade guerrilheira e o desenlace armado. Pode-se supor que a hipótese insurrecional, nunca formulada precisamente pelo MLN, está implícita no coroamento daquele processo por ele chamado de “guerra” ou “campanha de fustigamento”.

Entre a guerrilha e a insurreição, o MLN supostamente vislumbrou a possibilidade de um período de operações frequentes e de dimensão relevante; isso seria o equivalente, no meio urbano, daquilo que é o período de guerra regular no meio rural, conforme a concepção de “guerra popular asiática”. Essa hipótese é corroborada quando se constata a evidente tentativa de estender as operações militares para o campo.

Podemos considerar que, a partir de abril, o MLN tentou colocar em prática uma modalidade operativa similar àquela desenvolvida por Grivas e a EOKA, em Chipre. Isto é, uma intensa atividade urbana que ocorre paralelamente à ação de grupos operativos, bastante restritos numericamente, no campo. Essa etapa operacional não foi definida de modo devido pelo comando do MLN; ademais, a maneira que as coisas aconteceram não permite que se tenha uma ideia mais clara sobre quais eram as modalidades e os objetivos que a direção do MLN aspirava, na ocasião que defendeu a intensificação das operações e a chamou de “guerra”.

Com base nos documentos publicizados e nos fatos aos quais tivemos acesso, a direção do MLN aparentemente considerava que, no mês de abril, haveria uma mudança qualitativa, um salto significativo na dimensão das operações que até então eram realizadas. O desenrolar dos acontecimentos, da maneira que se deu, impediu que essas operações pudessem ser realizadas; ainda assim, acreditamos que o movimento pretendia incorporar objetivos de defesa da “legalidade”. O MLN constituiria a vanguarda de um movimento popular mais amplo, que poderia, eventualmente, adotar a bandeira da restauração democrática.

A superação da repressão militar, como antes se havia superado a repressão policial, criaria uma conjuntura

muito difícil para as classes dominantes uruguaias e seu governo, já abertamente ditatorial. De acordo com a política do MLN, essa situação poderia desembocar numa intervenção estrangeira. Com a intervenção, as bandeiras de defesa da “democracia” liberal e de defesa nacional passariam às mãos do MLN. Isso terminaria convertendo a causa social em causa nacional, ampliando assim as possibilidades políticas do movimento nas massas. Caso tivesse continuidade, a guerrilha iniciada por objetivos sociais passaria à luta por liberdades democráticas. Se essa luta por soberania tivesse continuidade e superasse a repressão do exército — ou seja, com o exército derrotado, como antes ocorrera com a polícia —, o único recurso que restaria às classes dominantes seria abrir caminho para a intervenção estrangeira.

SEGUNDA PARTE

XIII. A ofensiva estratégica e a vitória militar

Se o MLN realmente sustentou essas posições, isso evidencia uma grave falta de perspectiva e uma avaliação muito equivocada da conjuntura militar, das suas próprias possibilidades, das possibilidades do inimigo e da correlação de forças. Também evidencia uma avaliação inadequada da conjuntura política. Ou seja, das possibilidades que o sistema possui de assimilar níveis muito elevados de violência, sem se ver obrigado a retirar o verniz ideológico que encobre sua essência ditatorial, e que permite manter sua ascendência e sua hegemonia sobre amplos setores de massas.

Mas, neste momento, não é essa a questão que queremos analisar. Gostaríamos de insistir sobre o aspecto especificamente militar dessa política que o MLN pretendeu empreender em abril. Para nós, a análise dessa mudança demonstra as enormes dificuldades que uma guerrilha urbana enfrenta para se converter em níveis operativos superiores, mais ou menos equivalentes a uma guerra regular. Em outras palavras: Em certo sentido, a guerrilha urbana está condenada a ser guerrilha até o momento da insurreição, e ela não pode se converter propriamente em um exército. Trataremos o tema de modo esquemático para não nos distanciar muito das razões que sustentam essa posição.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento quantitativo dos efetivos aparece de modo muito claro como algo inversamente proporcional ao grau de segurança de um aparato armado urbano, que, por definição, sempre conta com a presença do inimigo e pode ser dispersado pela ação repressiva. *Uma das razões determinantes para o rápido colapso sofrido pelo MLN foi justamente ele ter excedido os limites compatíveis com a segurança, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento quantitativo de seus efetivos.* Essa reflexão explica a escassa dimensão quantitativa dos movimentos de guerrilha urbana.

Baseamos essa constatação, por exemplo, na descrição dos efetivos da EOKA que consta em *A Guerra da Pulga* e que é feita por Grivas em *Guerra de Guerrillas*; na descrição dos efetivos do IRA no mesmo *A Guerra da Pulga* e também em *La Guerra de Irlanda*, de Vicente Talón; nas referências de Menachem Beguin acerca do Irgun da Palestina, em *Rebelión en Tierra Santa*. Em termos gerais, seria possível dizer que praticamente todas as guerrilhas urbanas da história contaram com um número bastan-

te reduzido de efetivos, que não extrapolou as poucas centenas de combatentes. Elas nunca avançaram para mais do que isso. Reiteramos que uma das razões que parece ter aumentado bem a vulnerabilidade do MLN foi a violação dessa espécie de lei de saturação.

Outro aspecto relevante é que a guerrilha urbana não tem retaguarda e não domina o território; portanto, ela não conta com um espaço seguro de recuo. No meio urbano, o inimigo sempre é dono de todo o território e o único espaço de recuo para a guerrilha é a infra que ela mesma possui. O mencionado desenvolvimento quantitativo dos efetivos exige, necessariamente, disponibilidade de infra; mas a preparação da infra em geral é muito mais lenta e complicada do que o próprio recrutamento. De modo que crescimento do pessoal em combate leva, sempre, em certa altura, a um gargalo em termos de infra e serviços relacionados. Isso, que toda a experiência vem mostrando, parece muito claro. Para uma organização clandestina, sobretudo quando ela atinge um certo ritmo de operatividade, é muito mais difícil conseguir casas e preparar os serviços correspondentes do que recrutar combatentes.

A experiência do MLN também reforça essa afirmação, pois ainda que o movimento contasse com um poderoso desenvolvimento de infra, a disponibilidade de efetivos rebaixou muito suas possibilidades. Além disso, em termos de repressão, aquilo que cai, e que cai irremediavelmente, são as casas, pois elas não podem se movimentar. São também os equipamentos pesados, que não podem ser transportados com agilidade. O que escapa com maior facilidade da ação repressiva é, sem dúvida, aquilo que consegue se movimentar: as pessoas. De maneira que, via de regra, a corda se rompe pelo lado da infra e da deterioração dos serviços vinculados às casas que caem.

Em termos gerais, é aí que se abre o flanco mais vulnerável de toda organização clandestina. E, justamente, essa vulnerabilidade cresce na mesma medida em que se aumenta a quantidade de pessoas nessas organizações.

Outra questão é que a guerrilha urbana, mesmo quando é numerosa, na medida em que opera sempre em território inimigo, possui dificuldades enormes de concentrar seus esforços para solucionar os enfrentamentos mais relevantes. Para ela, evitar esse tipo de enfrentamento é uma lei. Sabe-se bem que, durante longos períodos — em especial, no início —, é normal que a guerrilha evite, dentro do possível, se encontrar com o inimigo. Contudo, sem enfrentamento, sem “batalhas”, não há qualquer possibilidade de destruição militar do exército inimigo.

Ou seja, não é evitando o confronto que se pode chegar a uma solução armada. A guerrilha urbana pode chegar a ter grandes efeitos políticos sobre o inimigo; mas, graças a essa característica, muito dificilmente chegará a soluções militares relevantes. A dificuldade que a guerrilha urbana tem para concentrar esforços deriva do fato de ela sempre operar em território inimigo. Normalmente, essa dificuldade faz com que, nos enfrentamentos, a guerrilha seja mais frágil que seu oponente; isso faz com que ela tenha que evitar os enfrentamentos e, assim, termine inviabilizando tecnicamente a destruição do exército inimigo.

Em resumo, até que se inicie o momento insurrecional, a guerrilha urbana permanece restrita à defensiva estratégica, mesmo que, em alguns momentos, ela realize ofensivas táticas. A guerrilha só tem condições de golpear o inimigo esporadicamente, visto que luta uma guerra sem dimensão territorial e, portanto, sem frentes e ações sustentadas. Ainda que o inimigo também não conte com frentes estáveis — pois essas frentes são criadas e des-

feitas em cada ação —, ele controla o território e possui sempre a ofensiva estratégica em suas mãos.

Mas a vitória militar exige, de algum modo, passar à ofensiva estratégica. E o fato de a guerrilha não ter condições para tanto desloca os “efeitos” de ofensiva para o plano político. Como enfatizamos, no meio urbano, a única ofensiva militar decisiva que pode destruir o aparato repressivo é a insurreição. E esta, por sua vez, é irreversível; no fim, ou se obtém a vitória ou uma grave derrota militar. Parece indiscutível que a guerrilha urbana, como tal, está necessariamente restrita à defensiva estratégica; sua possibilidade da ofensiva estratégica é a insurreição. *Sendo a ofensiva estratégica um requisito indispensável para a vitória, e sendo a insurreição a única forma de ofensiva urbana, é apenas com a insurreição se pode obter a vitória.*

Conforme dissemos antes, a insurreição depende de três condições:

1. A disponibilidade de um aparato armado clandestino previamente organizado e experimentado;
2. O apoio das massas ou de setores das massas suficientemente importante para influenciar o ato insurrecional, participando ativamente dele;
3. Um trabalho político prévio que permita a desmoralização ou a desintegração mais ampla possível do aparato repressivo.

Sem dúvida, uma ação insurrecional depende de uma avaliação cuidadosa dos fatores políticos, e é absolutamente impossível concebê-la como uma decisão voluntarista do aparato armado, por mais importante que ele seja.

Uma insurreição isolada das massas é totalmente inconcebível. Uma ação de fustigamento, como aquela que foi praticada pelo MLN a partir de abril, na medida em que não aponta para um desenlace insurrecional, não é capaz, por si só, de liquidar o aparato armado burguês. O fustigamento, por mais intenso que seja, continua restrito à defensiva estratégica. *Só a insurreição permite superar a defensiva estratégica e passar à ofensiva estratégica.*

As óbvias implicações políticas de um processo insurrecional inviabilizam totalmente a possibilidade de ele ser construído partindo de uma concepção foquista. A insurreição exige a existência prévia de um partido e o desenvolvimento de um aparato armado próprio, capaz de operar durante um longo período como guerrilha urbana. O êxito de uma insurreição não pode se basear no espontaneísmo das massas e nem no voluntarismo de um aparato armado, que opere isolado ou mais ou menos isolado das massas. *A concepção insurrecional da destruição do poder burguês exige um trabalho em dois níveis: no nível de massas, para criar as condições políticas da insurreição; e no nível armado, para criar o aparato armado que, antes da insurreição, estruture seus quadros e seja o elemento de choque e de ruptura do processo insurrecional.*

XIV. A internacionalização da revolução

Em função das condições concretas de nossa formação social nacional, não é possível considerar que um processo de insurreição vitorioso seja, por si mesmo, suficiente para implantar o poder popular no Uruguai. Deve-se levar em conta que a destruição do poder burguês em

nosso país será apenas a abertura de uma nova etapa: a luta contra a intervenção estrangeira.

No Uruguai, seria absurdo conceber o “socialismo em um só país”. Com a destruição do poder burguês em nosso país, a luta se internacionalizará externamente e se nacionalizará internamente. Isso porque, dada a situação geopolítica, a intervenção estrangeira é quase inevitável. Essa intervenção política — que pode ser promovida pelas burguesias dos países vizinhos ou, de maneira mais direta, pelo imperialismo — necessariamente converte a revolução social em uma revolução de defesa da independência nacional; ao mesmo tempo, ela leva para os países vizinhos os efeitos da revolução uruguaia.

Se a revolução triunfasse no Uruguai, ela não teria condições de se sustentar sozinha, apenas neste país. Mas ela poderia iniciar uma etapa de internacionalização de efeitos políticos revolucionários. Com isso, teria início o segundo período de luta prolongada contra a intervenção estrangeira, que passaria a envolver o destino da região como um todo, e não somente de nosso país. Desse modo, no Uruguai não se estaria definindo apenas o destino da revolução em nosso país, mas em toda a região.

O Uruguai constitui o ponto de maior vulnerabilidade na cadeia imperialista regional, pois se trata de um país que não possui alternativas burguesas viáveis. A burguesia uruguaia tem sido incapaz de formular um projeto, um modelo de desenvolvimento, para escapar do processo de deterioração econômico-social crescente que há décadas a atinge. E, longe de estar se atenuando, essa tendência à deterioração generalizada tem se acentuado incessantemente. De modo gradual, essa deterioração vai passando do nível econômico, determinante em última instância, para os níveis político e ideológico. E a

capacidade real das classes dominantes uruguaias para enfrentar a revolução diminui, na mesma medida em que a deterioração aumenta.

Insistimos que as classes dominantes não foram capazes e não parecem dispor dos meios para formular um projeto que permita superar tal situação. Sua única resposta vem sendo a intensificação da repressão. Mesmo que, em termos militares, essa atitude tenha levado a certos êxitos, não há dúvida que, em termos políticos, ela constitui uma resposta inválida e com muitos riscos para o futuro. Devido à falta de uma saída burguesa, no caso de continuidade dessa deterioração, o aprofundamento das lutas no Uruguai será praticamente inevitável. Hoje, nada sugere que esse processo se encerrará e nem mesmo que ele será interrompido. Pelo contrário; em certos períodos, será acelerado. É essa situação que legitima plenamente a validade da ação armada imediata em nosso país.

Para se afirmar a viabilidade de um desenlace insurrecional, é fundamental analisar a conjuntura interna e a conjuntura geral da região; o aspecto mais perigoso desta última é o desenvolvimento burguês do Brasil. *A inevitável internacionalização da revolução uruguia como processo armado — isto é, o fato de que a revolução terminará inevitavelmente em intervenção estrangeira — parece sugerir a pertinência de haver uma etapa bastante prolongada de luta guerrilheira antes de se chegar a um desenlace insurrecional, cuja construção deve ocorrer em uma conjuntura muito bem escolhida.*

Deriva disso que na concepção estratégica que defendemos também há lugar para, digamos, um “momento nacional” do processo revolucionário, que pode ter uma similaridade aparente com aquele do foquismo. Mas, como colocamos, o momento da luta por independência nacio-

nal é posterior ao momento social, ou seja, à etapa inicial, de motivação social da luta guerrilheira. É bastante evidente que, em função das condições particulares de nosso país, é praticamente inconcebível estabelecer um regime de tipo socialista ou realizar transformações sociais profundas sem que haja intervenção das burguesias vizinhas. Além disso, nosso país encontra-se plenamente inserido em um processo de integração regional, que nada mais é que a concretização do processo de integração geral que corresponde à etapa de penetração do capitalismo monopolista na América Latina. Em outras palavras: O que acontece é que o Uruguai está se integrando, por vários meios e de maneira cada vez mais plena, à economia dos países vizinhos; claramente, isso pode constituir — e, de certo modo, já constitui — uma zona de atrito entre as burguesias dependentes desses países.

A inviabilidade do Uruguai burguês a longo prazo parece evidente. Em grande medida, a dominação burguesa em nosso país conta com uma integração dependente em relação às burguesias dos países vizinhos. Por isso, não parece ser possível um Uruguai independente sob a dominação burguesa, visto que independência política real e dominação burguesa emergem como termos contraditórios. Conforme o tempo passa, o país perde sua independência real, mesmo que conserve uma independência formal; esta passa a ter cada vez menos valor e isso vai se tornando evidente para todos. Se o Uruguai burguês — nesses marcos de deterioração e crescente integração regional monopolista — está predestinado à integração com os países vizinhos e à perda de independência, então a única forma viável de transformar essa independência em realidade e garantir sua continuidade é superar a estrutura burguesa de nosso país. Sob o sistema

capitalista, o Uruguai está destinado à perda gradual de sua independência. *É somente deixando de ser uma nação capitalista que o Uruguai pode conservar seu caráter de nação independente; ele será independente na medida em que for socialista. É certo que, por essa via, socialismo e nacionalismo chegam a uma convergência final.*

Mas toda concepção de nação é inseparável de uma perspectiva de classe. A pátria, na concepção burguesa, é a pátria para os burgueses; a nação, na concepção proletária, só pode ser a nação socialista. É por isso que as reivindicações de independência nacional e sua consagração por meio da luta armada se identificam com a luta pelo socialismo. O Uruguai só será independente se for socialista; de outro modo, ele continuará a ser dependente.

Em nosso país, o capitalismo e a dependência crescente são inseparáveis; isto é, há uma incompatibilidade entre capitalismo e independência política. O sistema capitalista leva o Uruguai inexoravelmente a uma dependência crescente, não apenas do imperialismo ianque, mas também, de maneira bem concreta, das burguesias dos países vizinhos, eles também dependentes. A burguesia uruguaia será necessariamente dependente de outras burguesias dependentes. Esse processo será mais rápido, por um lado, se as burguesias dependentes vizinhas contarem com um desenvolvimento mais amplo e, por outro, se o processo de deterioração econômico-social, para o qual a dominação burguesa dependente arrasta o país, se ampliar e se tornar mais agudo e irreversível. Ou seja, em nosso país, a independência nacional real exige a derrota do poder burguês.

Em determinado momento, a guerra de guerrilha que parte de motivações sociais efetivamente adquire um sentido nacional. Sem dúvida, uma insurreição socialista,

ou pelo menos orientada para transformações radicais, é também uma insurreição com finalidades nacionais. Entendemos que associar os valores socialistas aos valores ideológicos nacionalistas é importante para que se amplie a esfera de ação ideológica da revolução. Não faremos aqui uma análise teórica sobre o conteúdo e o alcance do “patriotismo” como ideologia. Queremos apenas avançar na hipótese de sua incorporação como elemento ideológico, sem negar que ele tenha que ser adequado à concepção geral socialista.

Agora, nos parece que isso é diferente da avaliação que precisa ser feita da ideologia democrático-liberal. Já dissemos mais de uma vez que o esquema operativo do foco supunha o início da atividade militar a partir de motivações sociais, as quais logo se estenderiam para a recuperação da democracia liberal. Isso porque a própria ação do foco já teria motivado uma repressão suficiente e posteriormente extensível à defesa da causa nacional, na medida em que motivasse uma intervenção. Tratamos antes da vinculação entre as motivações sociais da luta armada e a luta nacional. Mas quando se trata da vinculação entre essas motivações sociais e os valores ideológicos democrático-liberais, pensamos que é necessária uma conduta diferente.

Para nós, não é possível, sob qualquer perspectiva, reivindicar a institucionalidade liberal-democrática como propósito da luta. Um movimento autenticamente revolucionário precisa conceber, desde já, objetivos de organização política diferentes da organização tradicional estatal-burguesa, sempre que isso for possível e compatível com a compreensão popular. A estrutura estatal-burguesa deve ser denunciada e combatida no plano ideológico desde agora. Isto é, definitivamente

te não compartilhamos a perspectiva de uma etapa de luta pró-democrática, tal como colocado pelo foquismo. *A revolução uruguaia será socialista e nacional, mas não deve ser liberal-democrática. Ela precisa conceber uma estrutura de poder totalmente diferente. Isso exige o desenvolvimento de formas de poder popular e a crítica sistemática, tanto dos níveis jurídico-políticos de organização do Estado burguês dependente, quanto da ideologia política que sustenta e informa essa estrutura estatal-burguesa dependente.*

XV. A lógica do foco e a derrota do MLN

Para resumir os aspectos militares da prática foquista, alguns aspectos devem ser enunciados: na versão do MLN, o foquismo considera que a atividade armada, por si só, pode produzir as condições políticas da revolução. Em que consiste a produção dessas condições? Em primeiro lugar, a atividade inicial do foco atrairia para si a opinião dos setores mais politizados. Essa atividade contínua estimularia a repressão, e esta levaria, cedo ou tarde, à alteração do contexto institucional democrático. Com a existência de uma ditadura, a luta contra ela atrairia para o foco o conjunto das opiniões políticas; não somente daqueles com posições revolucionárias ou de esquerda, mas também liberais. Na medida em que o foco tivesse continuidade, operando sempre em níveis mais avançados, ele acabaria levando a uma intervenção estrangeira. Isso alinharia o conjunto do país ao foco. Em termos políticos, a guerra de guerrilha, iniciada por motivações sociais, adquiriria em seguida um conteúdo político-democrático e, posteriormente, na etapa final, um conteúdo de guerra nacional.

Assim, o foco produziria, de maneira invertida, as condições políticas que em geral são produzidas pela ditadura, como no caso de Cuba. Em vez de ser uma resposta a situações cruéis de ditadura ou de colonialismo, o foco as produziria. Em vez de ser uma resposta à ditadura aberta, o foco a produziria. Em vez de ser uma resposta à dominação estrangeira direta, o foco a produziria. Assim, sem a necessidade de luta ideológica prévia — ou seja, sem que seja preciso romper com as estruturas ideológicas burguesas —, o foco atrairia para si os próprios valores da ideologia burguesa: democracia liberal e nacionalismo. *É por isso que a estratégia foquista pretende ser um atalho; ela é uma tentativa de atrair rapidamente a ideologia burguesa para a causa revolucionária.*

Mas como esses efeitos políticos são alcançados? Para tanto, são essenciais ações impactantes, pois o impacto psicológico precisa de uma intensificação gradual e contínua das ações. No caso de retorno a níveis operativos já superados, esse impacto diminui ou desaparece; se as operações não seguirem um curso continuamente ascendente, seus efeitos políticos se dissipam. Um efeito similar àquele de intensificação ou ampliação das operações pode ser alcançado com a diversificação. Ou seja, os dois caminhos para conseguir impacto psicológico são: o incremento das operações que já tiverem sido realizadas e a variação do tipo das operações. E devemos lembrar que esse impacto psicológico motiva simpatias.

Na expectativa que os objetivos revolucionários, democráticos e nacionais sejam atingidos por esse método, não interessa ao foquismo desenvolver tal simpatia, no sentido, digamos, de uma conversão ideológica, de uma modificação profunda da ideologia das pessoas, pois isso

não seria necessário. Certamente, todo esse processo é concebido como algo breve, ainda que não se descarte que ele possa durar alguns anos. Mas a atividade operativa que é decisiva; o desenvolvimento do aparato armado é a única coisa que importa de verdade. A capitalização política pode ser conseguida pela mera simpatia, que se enquadra de maneira precária em um movimento de massas. Este movimento é concebido, basicamente, como um pesqueiro em que se pescam apoiadores, um lugar de recrutamento ao qual se recorre para obter o apoio necessário ao aparato armado.

A canalização política das simpatias obtidas não assume forma de partido, o que faz com que o movimento correspondente careça de linha clara em termos políticos, ideológicos e de massas. O foco descarta a necessidade de uma política para as massas e também a necessidade de organização de um partido, que é a única forma de desenvolver essa política no nível de massas. Enfim, ele descarta a mudança ideológica profunda, inclusive da sua própria militância. Por quê? Porque ele supõe que a atividade armada gera aquela dinâmica, antes explicada, que torna evitável esse complexo processo, visto pelo foquismo como algo demasiadamente complicado.

A luta armada promoveria essa abreviação, permitindo inclusive colocar os valores ideológicos burgueses à serviço da revolução. Além disso, não seria necessário discutir com o reformismo, visto que a dinâmica gerada pelas operações armadas o arrastaria para o campo da revolução. Nesse processo, o reformismo seguiria a reboque do foco ou seria destruído pela repressão. Na realidade, na concepção foquista, a função política é colocada nas mãos da reação; é a repressão que se encarrega de persuadir o povo das vantagens da revolução. Para que isso seja fácil

e possível, é fundamental que os revolucionários não exijam do povo escolhas complexas, e que não coloquem a ele questões ideológicas e problemáticas complicadas.

É fundamental, também, que o foco revolucionário sustente uma posição bastante ampla em termos ideológicos, que não impeça a adesão de ninguém. Isso porque se prevê que a adesão será massiva, tanto em sentido quantitativo, quanto em relação ao nível ideológico dos aderentes. Primeiro, a causa é social, depois ela é democrática, enfim, ela é patriótica. E todos devem estar em condições de se engajar nessa luta. A propaganda não pode envolver complexidades teóricas ou ideológicas — ela tem que ser acessível a todos. É evidente que o folclore é a forma mais eficaz para esse tipo de discurso. O conteúdo propagandístico precisa ser emotivo, e não racional, porque o conteúdo racional limita a possibilidade de adesão e é muito complicado, ao passo que o conteúdo emotivo chega a todos. Com isso, a teoria é dispensada, já que a importância decisiva está nos fatos.

A questão fundamental é dar sustentação, por meio de fatos, à moral do movimento e ao entusiasmo revolucionário das massas. Por isso, os fatos têm que ser constantes, contínuos e cada vez mais importantes. Essa importância sempre crescente dos fatos e a diversificação de onde eles são realizados significam o avanço da revolução e sustentam a moral do movimento. O recrutamento é definido com base na propensão que as pessoas têm para realizar fatos. Tal propensão é definida em termos sentimentais e emotivos, e é produzida pelos próprios fatos. Obviamente, essa ideologia só tem viabilidade como motor de um movimento imediatista. Ela só funciona em um movimento que parte do princípio de que seu caminho será marcado por êxitos constantes. Pois a

possibilidade de operar sempre em sentido ascendente supõe êxitos permanentes.

Essa posição subestima o inimigo e não conta com o respaldo de nenhuma análise de conjuntura. Os fatos já demonstram que fazer isso é desastroso. Na concepção foquista estão implícitas a importância e a necessidade de ampliar constantemente os efetivos. Trata-se de uma posição imediatista, que leva à conclusão de que é preciso criar um exército clandestino no menor prazo possível. Se a conjuntura política pode ser modificada forçosamente pelas ações armadas, quanto maiores forem essas ações, quanto maior for o aparato armado, mais fácil e rapidamente ocorrerá a mudança. Tal posição traz implícita uma concepção voluntarista, à qual se soma ainda a confiança no efeito multiplicador das ações armadas. De acordo com ela, qualquer tipo de estrutura social, política, econômica, pode ser alterada e modificada por meio das armas, no sentido desejado voluntariamente por aqueles que as empunham.

No foquismo, a atividade política passa a ser decisão subjetiva de um grupo operativo, e não produto de um processo global da sociedade; as decisões de um grupo mais ou menos isolado acabam tendo mais peso do que o comportamento das classes sociais. Essa atitude convém perfeitamente à postura ideológica de determinados setores pequeno-burgueses — falamos, em especial, da pequena burguesia culta, a chamada “intelligentsia” —, que, em nosso país, operam como força social bem à margem das classes sociais fundamentais, em grande medida como produto do atraso no nível de consciência da classe operária. Algumas vezes, é difícil saber se esse comportamento dos grupos pequeno-burgueses realmente responde aos interesses da classe operária ou se ele tem mais

a ver com a tentativa de conquistar espaço na hierarquia social vigente. É difícil saber se seu espírito revolucionário não é resultado da frustração de suas expectativas de “ascensão social”, levada a cabo pela burguesia, no contexto de uma formação social de pouca mobilidade.

Seja como for, em termos militares, a concepção foquista coloca a necessidade de criar um exército clandestino. Quando falamos em exército clandestino, não nos referimos a um aparato armado quantitativamente relevante, como no caso do MLN. A necessidade de criar um exército clandestino implica a redução das exigências de recrutamento. Ao se unir o baixo grau de exigência para o recrutamento com o baixo grau de exigência para a formação político-ideológica dos quadros, se acentua a vulnerabilidade da militância frente à repressão. Isso porque quadros mal formados politicamente são mais vulneráveis à repressão. O imediatismo subestima a necessidade de compartimentação e de segurança; isso acontece porque se considera simples a reposição dos quadros perdidos e breve o período da luta.

Para nós, são essas as circunstâncias que estão por trás da derrota que o MLN sofreu a partir de abril. *É muito difícil que um movimento desenvolvido nos marcos do foquismo supere essas debilidades, algo que só pode ser feito com uma perspectiva de luta de longo prazo.* Ademais, as traições abertas que aconteceram na direção no MLN, independente de seu aspecto anedótico, evidenciam que o movimento também subestima a necessária homogeneidade política nos níveis de direção. Quando se leva em conta o conteúdo da concepção foquista, nada do que aconteceu é muito estranho. *É a política que deve dirigir as armas e não as armas que devem dirigir a política. A*

guerra não é somente uma questão técnica; ela é, justamente, a política por outros meios.

Em que condições um aparato armado poderia, por si só, desenvolver uma ação revolucionária exitosa? Em certa medida, responder a esta pergunta exige que se delimitem as possibilidades de êxito de novos projetos foquistas que possam vir a ocorrer. Tais projetos seriam viáveis se as condições materiais de vida das massas tivessem experimentado uma piora muito acentuada, e, ao mesmo tempo, se uma ruptura séria do domínio ideológico burguês estivesse em curso. Eles seriam viáveis se as vias habilitadas pelo sistema — isto é, a luta sindical, a ação eleitoral, a atividade de propaganda — estivessem obstruídas; ou então, ainda que estivessem abertas, se elas se mostrassem claramente inoperantes para as massas. Nesse caso, é certo que haveria disposições e atos concretos de repressão. *Ou seja, um aparato armado, por si só, pode desenvolver uma atividade política sem um partido, quando o devir espontâneo do processo gera um mal-estar social generalizado, intenso e reprimido.*

O foquismo só seria viável num contexto de grande desespero das massas, que não encontrasse canais políticos para se expressar. Em suma, o foquismo só seria viável quando as motivações sociais tivessem uma dimensão e uma profundidade muito maiores do que elas têm atualmente. Isso permitiria, por conta dessas motivações, gerar uma dinâmica de apoio popular e massivo ao foco; permitiria massificar efetivamente o processo de luta armada em um curto período.

Apenas em tais condições o foquismo conseguiria uma inserção ou uma capitalização política efetiva de massas. Para que essas condições se estabeleçam, ainda seria preciso um tempo mais ou menos prolongado. Isso

depende: no plano econômico-social, da velocidade do processo de deterioração; no plano político, dos efeitos dessa deterioração no endurecimento das formas de dominação política; no plano ideológico, da ruptura da hegemonia ideológica burguesa sobre as massas.

XVI. O papel do partido revolucionário

Nenhuma das condições anteriormente colocadas existia quando o foco começou a operar. Essas condições também não existem atualmente. Elas tampouco serão produzidas no futuro, de maneira adequada, por um processo puramente espontâneo. Isso torna fundamental a ação política, que se concretiza na estruturação de um partido que opera publicamente, no nível de massas, e clandestinamente, no nível militar; que, obviamente, promove uma prática militar não foquista, já que as condições para o foco são inexistentes.

Naturalmente, na medida em que as mencionadas condições — desespero social das massas, endurecimento da estrutura política, deterioração da influência ideológica da burguesia — forem produzidas e acentuadas, o aspecto militar do trabalho político vai adquirir uma importância cada vez maior, até predominar sobre a ação pública, não militar, no nível de massas. O aspecto militar do trabalho vai crescer, na medida em que a situação no nível de massas for assumindo condições cada vez mais favoráveis a um desenlace revolucionário. *Entretanto, a ação especificamente política do partido, pública e no nível de massas, nunca deixará de ser necessária.* No caso de um desenlace insurrecional, ela é obviamente imprescindível. Dissemos que a insurreição exige a participação ativa de

um setor importante das massas. E ela também exige a realização de um trabalho político prévio no exército, em especial com os escalões inferiores. Isso é um requisito indispensável, juntamente com o desenvolvimento prévio de um aparato armado de relativa importância.

Há um aspecto que não gostaríamos de omitir e que, em abril, foi apontado pela direção do MLN como um dos principais obstáculos enfrentados: a chamada “anestesia” das massas frente ao impacto buscado pelas ações do movimento. Um aparato armado não pode fixar em sua estratégia a necessidade de sempre realizar ações ascendentes ou diversificadas. Uma concepção de luta prolongada implica a aceitação, como no Vietnã, de diferentes níveis de operatividade e que são sempre reversíveis. Uma estratégia que pressupõe um crescimento previsível das ações do inimigo não é adaptada à conjuntura política da sociedade em geral. Mesmo num contexto de deterioração econômico-social e em todos os níveis, esse processo possui ritmos diferentes. Ele pode, inclusive, retroceder; pode criar conjunturas provisoriamente favoráveis à burguesia. E um aparato armado que atua com a suposição de operações sempre crescentes não tem condições de flexibilizar sua prática militar em função desses fatos. Assim, a receptividade das ações pelas massas pode ser difícil ou mesmo inadequada.

Em determinados momentos ou em certos níveis de desenvolvimento, a prática militar implica fatalmente a realização de ações “antipáticas”. E a aceitação dessas ações exige uma modificação prévia da ideologia de setores populares cada vez mais amplos. É somente assim que eles estarão em condições de aceitar as ações antipáticas, que inevitavelmente ocorrem com a prática militar. É um erro básico do foquismo supor que os fatos militares po-

dem ser sempre e indiscutivelmente simpáticos. Pois, se não se conquistar ideologicamente as massas, em certo momento eles serão considerados antipáticos. *Contudo, a conquista ideológica das massas exige a atividade de um partido e a aceitação de uma luta de longo prazo.*

A criação de um partido — ou seja, a existência de uma prática política pública vinculada à atividade do aparato armado — exige definições ideológicas e, em algum momento, a adoção de posições teóricas; exige também, evidentemente, o enfrentamento público com as correntes ideológicas hostis. Em suma, ela exige tudo aquilo que envolve uma prática política pública. Isso é incompatível com aquela concepção político-ideológica que aceita o alinhamento entre a prática armada revolucionária e a hegemonia ideológica burguesa, que se concretiza na busca de uma canalização revolucionária das posições democrático-liberais e nacionais das massas.

Como evitar essa “anestesia” que, cedo ou tarde, é motivada pela persistência operativa? Como evitar as repercussões negativas das ações antipáticas? O MLN nunca encontrou outra solução a esses problemas que não fosse a ampliação das operações. O movimento supunha que, se isso desse certo, o inimigo daria determinadas respostas políticas. Em grande medida, o fracasso do MLN se explica pelo fato de as respostas do inimigo não terem sido aquelas que haviam sido previstas. No entanto, ao ser vulnerabilizado por seu próprio desenvolvimento quantitativo, o aparato armado foquista não conseguiu, por meio de sua prática militar, produzir as mudanças políticas que esperava. Em função de ser um numeroso exército clandestino, ele permaneceu cada vez mais isolado das massas, tendo que lidar com a vulnerabilidade

que sua dimensão inadequada lhe trazia, sem também obter a necessária adesão das massas.

Utilizando-se da tortura, a repressão atacou o MLN naquilo que lhe era mais frágil: o grau de formação de seus quadros militantes, a falta de homogeneidade de sua direção política, que foi cindida pela traição em seus níveis intermediários e mesmo superiores. Com a tortura, a repressão conseguiu dismantelar rapidamente a infra do movimento. A dimensão quantitativa inadequada demonstrou assim sua periculosidade; as massivas detenções de militantes deixam isso evidente.

O enorme problema constituído pela imensa quantidade de equipamento acumulada pelo MLN, com vistas a uma “guerra” definida em termos concretos de fustigamento, se mostrou mais um fator de debilidade. A queda de muitas casas e de grandes depósitos de armas e munições teve um efeito moralmente negativo, e acentuou os problemas da formação política insuficiente dos militantes. Com uns tantos golpes recebidos, o clima de desmoralização ganhou o movimento e precipitou sua derrota. A descompartimentação mostrou seus efeitos nefastos.

A precariedade do enquadramento político dos simpatizantes do foco evidenciou sua escassa utilidade. Ela tornou impossível, inclusive, articular uma campanha pública relevante contra as torturas. Os marcos ideológicos totalmente inadequados do MLN terminaram contando com um grande paradoxo: houve uma ação repressiva ilícita com características similares àquelas do Brasil ou da Argélia, sem que isso suscitasse uma reação pública importante. *Um movimento de simpatias não equivale a um partido político. Um movimento de simpatias amorfo ideologicamente – carente de outra estratégia e de outra tática que não seja a mera simpatia para com os fatos*

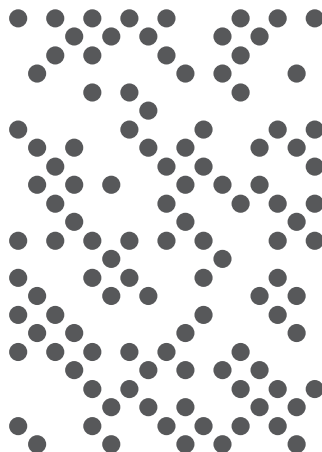
armados e a adesão emotiva a eles — não é suficiente. Um partido político é outra coisa.

A concepção foquista tolera o enquadramento das simpatias em movimentos de simpatizantes da ação militar. Mas não tolera a existência de um partido, que é incompatível com ela. Entretanto, o movimento de simpatizantes demonstra sua ineficácia para a ação pública. Continua sendo verdade que o foquismo exclui uma prática política pública, apesar das aparências em sua versão uruguaia. *Somente um verdadeiro partido político, com inserção de massas e ação pública, é capaz de assumir, no nível de massas, as responsabilidades inerentes à sua vinculação com uma prática militar.*

Um movimento amorfo de simpatizantes não é capaz de assumir imediatamente essas responsabilidades — a experiência uruguaia o demonstra de maneira conclusiva. O fracasso desse tipo de ação pública do foco é o correlato necessário daquilo que a concepção foquista realiza no plano militar. Apesar das adaptações que discutimos nesta série de textos, a versão uruguaia do foquismo demonstrou conclusivamente seus erros e sua inutilidade, tanto no plano militar quanto no plano da ação pública. Ambos os fracassos não são mais do que duas faces da mesma moeda. O fracasso nesses dois planos continuará sendo inevitável se o foquismo não revisar a fundo sua concepção. Nenhum movimento revolucionário foquista conseguirá canalizar eficazmente os esforços da revolução uruguaia; o foquismo só poderá contribuir para produzir condições capazes de colocar em perigo o conjunto do processo.

O foquismo e a vigência da concepção foquista só têm condições de contribuir com o fracasso do processo revolucionário uruguaio. Obviamente, isso não impede que

reconheçamos a motivação e a natureza revolucionária da atividade desses companheiros que, mesmo comungando dessa concepção errônea, construíram o MLN. Em que se baseia o reconhecimento desses companheiros como revolucionários? Eles definitivamente fortaleceram a prática militar que introduziram no Uruguai. Sua atitude implicou uma ruptura profunda e definitiva com a estrutura de poder vigente; ela atacou esta estrutura naquilo que lhe era mais sensível: o questionamento do monopólio da força pelo Estado burguês. Ainda que tenham atuando com uma perspectiva pequeno-burguesa, não proletária, esses companheiros contribuíram, em certa medida, mesmo que de forma indireta e parcial, para deteriorar a hegemonia ideológica burguesa sobre as massas. *Os companheiros que participaram da atividade do foco são revolucionários? Sim. O foquismo é uma concepção revolucionária eficaz? Não. O foquismo é uma concepção revolucionária equivocada e, como tal, negativa e perigosa para a revolução.*



Este livro foi composto com as fontes das famílias tipográficas **LORA** para seu texto corrido e **OSWALD** para as titulações. Para esta tiragem, imprimiu-se o miolo em monocromia digital sobre papel offwhite 80 g/m² e a capa em policromia sobre papel cartão 250 g/m², sob a demanda da **Organização Socialista Libertária (OSL)**.